



CCAGRO | Coordenação
do Curso de
Agronomia



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
CURSO DE AGRONOMIA**

ADELIANE DE LIMA GOUVEIA

**AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NO ESTADO DO CEARÁ:
LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS AÇÕES DO PROJETO SÃO JOSÉ III**

**REDENÇÃO – CE
JUNHO - 2017**

ADELIANE DE LIMA GOUVEIA

AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NO ESTADO DO CEARÁ:
LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS AÇÕES DO PROJETO SÃO JOSÉ III

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de
Desenvolvimento Rural da Universidade
da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira, como requisito obrigatório
para obtenção do título de Bacharel em
Agronomia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina da
Silva Pereira

REDENÇÃO – CE
JUNHO - 2017

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

G734a Gouveia, Adeliâne de Lima.

Agricultura e Agroindústria familiar no estado do Ceará: levantamento e análise das ações do Projeto São José III. / Adeliâne de Lima Gouveia. – Redenção, 2017.

71 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Agronomia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab.

Orientadora: Profa. Dra Ana Carolina da Silva Pereira.

Inclui tabelas e referências.

1. Agricultura familiar – Brasil. 2. Agroindustrialização. 3. Projeto São José – Ceará. I. Título.

CDD 338.10981

ADELIANE DE LIMA GOUVEIA

AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NO ESTADO DO CEARÁ:
LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS AÇÕES DO PROJETO SÃO JOSÉ III

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Desenvolvimento Rural da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Agronomia.

Aprovada em: ____/____/____.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Carolina da Silva Pereira (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Daniela Queiroz Zuliani
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Rafaella da Silva Nogueira
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

À minha mãe, Adelia Freire, exemplo de mãe, mulher e profissional.

AGRADECIMENTOS

A Deus todo poderoso que com sua bondade e gratidão deu-me forças e sabedoria para chegar até aqui.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, seu corpo docente, direção e administração pela formação profissional e pessoal.

Aos meus pais, Luciano Rodrigues e Adelia Freire que me proporcionaram o conforto, amor, carinho e mesmo nas dificuldades nunca terem deixado de acreditar junto comigo nessa conquista.

Aos meus irmãos Leandro Gouveia e Adeline Gouveia por sempre acreditarem e torcerem por mim.

A minha orientadora Dr^a. Ana Carolina da Silva Pereira pela paciência, dedicação, ensinamentos e exemplo de profissionalismo.

A Sergiane Beatriz, Suelly Mary e Cilmara Talyne, amigas/irmãs por todo o carinho, apoio e pelos momentos que compartilhamos. Estarão sempre em meu coração.

Ao Heraclencio Andrade que esteve comigo boa parte desta caminhada.

Aos colegas de curso que nesse período se tornaram minha segunda família: Brena Queiroz, Naiane Santos, Vanessa Sousa, Cláudia Miranda, Edeliude Nascimento, Rodrigo Lisboa, Raimundo Rocha, Ivan Carlos e Rosaliny Lourencio.

A turma 2011.1 do curso de Agronomia da UNILAB, no qual também fazem parte dessa história, e a turma Agronomia 2011.2 pela convivência, carinho e respeito.

Ao Prof. Dr^o. Lucas Luz, coordenador do Curso de Agronomia, pela ajuda e dedicação no decorrer desse trajetória.

A todos os professores do Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR) por todo o carinho, dedicação, apoio e ensinamentos durante minha trajetória acadêmica, em especial os professores Rodrigo Aleixo de Azevedo, José Ribamar Furtado, Albanise

Barbosa Marinho e Francisco Nildo da Silva por serem os pioneiros do curso de Agronomia da UNILAB que jamais serão esquecidos por mim e por terem contribuído em toda a jornada de minha formação profissional.

Ao Engenheiro Agrônomo Danisio Silva por contribuir na revisão e formatação final de minha pesquisa.

Ao Charles Monteiro pela disponibilidade na confecção dos mapas.

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário- SDA e ao Projeto São José, na pessoa do Senhor Lafaete Oliveira, Olimpio Neto e Shirley Holanda, por disponibilizar alguns documentos para a elaboração do trabalho.

As associações e cooperativas por terem contribuído com o meu trabalho participando das entrevistas.

A banca avaliadora Dr^a. Daniela Queiroz Zuliani e a Dr^a. Rafaella da Silva Nogueira por aceitarem o convite.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a execução deste trabalho.

Não é sobre chegar no topo do mundo e saber que venceu, é sobre escalar e sentir que o caminho te fortaleceu. É sobre ser abrigo e também ter morada em outros corações, e assim ter amigos contigo em todas as situações.

Trem Bala – Ana Vilela

RESUMO

GOUVEIA, A, L. **Agricultura e Agroindústria familiar no estado do Ceará: Levantamento e Análise das Ações do Projeto São José.** Orientadora: Ana Carolina da Silva Pereira. Conselheiros: Daniela Queiroz Zuliani e Rafaella da Silva Nogueira. Redenção: UNILAB. 74f. (Monografia). 2017.

A agricultura e a agroindústria familiar são temas que vem sendo bastante discutidos no contexto acadêmico, social, político e econômico. A relação mútua existente entre estes dois setores apresenta-se como um dos fatores de crescimento da economia, geração de emprego e renda. Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo a identificação, localização, quantificação e caracterização das unidades de beneficiamento de alimentos cadastradas pelo projeto São José III no estado do Ceará. Buscando realizar um levantamento situacional, para detecção de potencialidades e problemas, e sugerir possíveis soluções. Para a realização deste trabalho foi realizada uma pesquisa exploratória, com o objetivo de proporcionar uma maior familiaridade com o problema, envolvendo: referencial bibliográfico; levantamento e análise de dados; e entrevistas. A coleta de dados ocorreu a partir de análise documental. Os documentos e dados analisados foram fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), especificamente a unidade de gerenciamento do projeto São José – UGP. Foram fornecidas informações sobre as associações e cooperativas que foram beneficiadas pelo Projeto São José III, compreendendo os seguintes dados: território, município, beneficiários, recursos financeiros, objetivos, responsável legal, contatos (e-mails e telefones) e quantidade de projetos aprovados. No presente trabalho foram analisados apenas os dados referentes a categoria 1- Inclusão Econômica, sendo selecionados apenas os projetos voltados a implantação e/ou reforma de unidades de beneficiamento de alimentos (agroindústrias). De acordo com os resultados obtidos existem atualmente 153 agroindústrias cadastradas pelo projeto São José III. Contemplando uma grande diversidade de categorias, distribuídas em 78 municípios do Ceará. Entretanto, foram apontadas algumas dificuldades enfrentadas pelas associações e cooperativas contempladas, dentre elas a falta de assistência técnica e a demora no repasse dos recursos. Sendo necessário o investimento e apoio do governo para tentar sanar estas demandas. A partir da análise dos dados foi possível constatar os inúmeros impactos positivos que a implantação destes empreendimentos poderão

trazer para população dos municípios contemplados, como a geração de emprego e renda, melhor aproveitamento e diversificação de produtos, diminuição das perdas pós-colheita, além da ampliação de mercados para comercialização de seus produtos. Demonstrando a grande importância da realização de projetos como o São José, para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar no Estado do Ceará.

Palavras-Chave: Agricultura familiar. Agroindustrialização. Projeto São José.

ABSTRACT

GOUVEIA, A, L. **Agriculture and family Agroindustry in the state of Ceará: Survey and Analysis of the Actions of the São José Project**. Advisor: Ana Carolina da Silva Pereira. Advisors: Daniela Queiroz Zuliani and Rafaella da Silva nogueira. Redenção: UNILAB. 74f. (Monograph). 2017.

Agriculture and the family agroindustry are topics that have been very discussed in the academic, social, political and economic context. The mutual relationship between these two sectors is one of the factors of growth of the economy, generation of employment and income. In this context, the present work had the objective of identifying, locating, quantifying and characterizing the food processing units registered by the São José III project in the state of Ceará. Seeking to perform a situational survey, to detect potentialities and problems, and suggest possible solutions. For the accomplishment of this work an exploratory research was carried out, aiming to provide a greater familiarity with the problem, involving: bibliographic reference; data collection and analysis; and interviews. Data collection was based on documentary analysis. The documents and data analyzed were provided by the Department of Agrarian Development (SDA), specifically the project management unit São José - UGP. Information was provided on the associations and cooperatives that were benefited from the São José III Project, comprising the following data: territory, municipality, beneficiaries, financial resources, objectives, legal person, contacts (emails and telephones) and number of approved projects. In the present study, only the data referring to category 1 - Economic Inclusion were analyzed, only projects aimed at the implantation and/or reform of food processing units (agroindustries) were selected. According to the results obtained there are currently 153 agroindustries registered by the São José III project. Contemplating a great diversity of categories, distributed in 78 municipalities of Ceará. However, there were some difficulties faced by the associations and cooperatives contemplated, among them the lack of technical assistance and the delay in the transfer of resources. Government investment and support are needed to try to heal these demands. From the analysis of the data it was possible to verify the numerous positive impacts that the implementation of these enterprises could bring to the population of the municipalities contemplated, such as the generation of employment and income, better use and diversification of products, reduction of post-harvest losses, and the expansion of markets for the commercialization of its products. Demonstrating the

great importance of projects such as São José, for the development and strengthening of family agriculture in the state of Ceará.

Keywords: Family agriculture. Agro-industrialization. São José project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Evolução do valor total dos contratos do Pronaf no Brasil.....	25
Figura 2.	Evolução dos recursos aplicados no PAA.....	27
Figura 3.	Mapa Indicativo da Divisão Territorial do Estado do Ceará.....	31
Figura 4.	Movimentos sociais participantes da Chamada Pública do Projeto São José III, 2016.....	33
Figura 5.	Mapa dos municípios e categorias contempladas no 1º Edital do projeto São José III (2012 - 2017)	36
Figura 6.	Categorias contempladas no 1ª edital do projeto São José III.....	39
Figura 7.	Mapa dos municípios e categorias contempladas no 2º Edital do Projeto São José III (2013-2017)	41
Figura 8.	Categorias (A) e subcategorias (B) contempladas no 2º edital do projeto São José III.....	42
Figura 9.	Mapa dos municípios e categorias contempladas na chamada pública do Projeto São José III.....	46
Figura 10.	Categorias (A) e subcategorias (B) contempladas na chamada pública do projeto são José III.....	49
Figura 11.	Mapa dos municípios e categorias que foram selecionados para a realização das entrevistas.....	54
Figura 12.	Estabelecimentos em fase de implantação, (A) casa de farinha e (B) entreposto de mel.....	56
Figura 13.	Estabelecimentos ativos aguardando reforma e compra de novos maquinários, fábrica de beneficiamento de castanha.....	57
Figura 14.	Estabelecimentos Inativos aguardando reforma, fábrica de Polpa de frutas.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Recursos investidos no PNAE - 2000-2007.....	26
Tabela 2.	Desempenho do Projeto São Jose I, no período de 1995 a 2001.....	29
Tabela 3.	Desempenho do Projeto São Jose II no período de 2002 a 2005....	29
Tabela 4.	Temas abordados nas entrevistas com os representantes das associações e cooperativas contempladas pelo Projeto São José III.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIA	Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação
ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
AFAT	Agricultura Familiar com Aporte Tecnológico
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BIRD	Banco Mundial Reconstrução e Desenvolvimento
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEC	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará
FAO	Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO	O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MST	Movimento dos Sem Terras
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAPP	Programa de Apoio ao Pequenos Produtores
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSJ	Projeto São José
PSJ I	Projeto São José I
PSJ II	Projeto São José II
PSJ III	Projeto São José III
SAAES	Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SOHIDRA	Superintendência de Obras Hidráulicas
UGP	Unidade de Gerenciamento do Projeto São José
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
VBP	Valor Bruto da Produção Agropecuária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	OBJETIVOS.....	19
2.1	Objetivo geral	19
2.2	Objetivos específicos	19
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
3.1	Agricultura e Agroindústria familiar	20
3.2	Políticas públicas	22
3.3	Principais políticas públicas para agricultura familiar no Brasil	23
3.4	Projeto São José.....	28
4	METODOLOGIA.....	34
4.1	Referencial bibliográfico.....	34
4.2	Levantamento e análise de dados	34
4.3	Entrevistas.....	35
5.	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	36
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
8.	ANEXOS.....	71

1. INTRODUÇÃO

O tema agricultura familiar vem sendo bastante discutido no contexto mundial, sendo que o papel desempenhado pela agricultura familiar repercutiu principalmente com relação à economia, geração de emprego e renda.

Do ponto de vista político-institucional, a agricultura familiar está intimamente relacionada à sua legitimação pelo Estado, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, e da promulgação da Lei 11.326/2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais no Brasil. Com base na lei, agricultores familiares são definidos como aqueles que praticam atividades no meio rural e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - Não deter área maior do que quatro módulos fiscais (unidade-padrão para todo o território brasileiro); II - Utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento; III - Ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - Dirigir o estabelecimento ou empreendimento com auxílio de pessoas da família (BRASIL, 2006).

De acordo com Silva, et al (2016) o conceito legal de agricultor familiar contempla três critérios principais: tamanho da propriedade, predominância familiar da mão de obra, renda e gestão da unidade produtiva. Esses critérios possibilita uma abrangência suficiente para incluir a diversidade de situações encontradas nas diferentes regiões do País.

Segundo Brasil (2015) o principal responsável pela comida que chega as mesas das famílias dos brasileiros é a agricultura familiar, correspondendo cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o país. Deste modo, o pequeno produtor ocupa hoje um papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro, com destaque para os seguintes produtos; mandioca, feijão, milho, carne suína, carne de aves e leite.

Além da produção de matérias-primas, a agricultura familiar tem um grande potencial para a agroindustrialização, o que pode representar uma nova opção para o desenvolvimento econômico e social dessas famílias. Por meio do beneficiamento

ou transformação da matéria-prima tanto de origem vegetal, como animal, aproveitamento de excedentes de suas produções e agregando valor aos produtos, com conseqüente aumento na geração de empregos e renda.

Entretanto, muitas agroindústrias familiares enfrentam alguns problemas com relação a disponibilização destes produtos no mercado, apresentando dificuldades em atender as legislações ambiental, fiscal e sanitária, e os padrões de qualidade estipulados pelo mercado consumidor. De acordo com Revillion (2010) o estabelecimento e funcionamento das agroindústrias dependem do atendimento de uma série de normas, de natureza fiscal, ambiental e sanitária, estabelecidas pelos poderes públicos em suas diferentes esferas, sendo este municipal, estadual e federal. Muitas agroindústrias atualmente se encontram inativas, podendo ser estes alguns dos fatores responsáveis pela inativação deste tipo de empreendimento. De acordo com Lourenzani e Silva (2008), somente cerca de 4% dos pequenos empreendimentos agroindustriais conseguem sobreviver a estas dificuldades.

Demonstrando a necessidade de uma maior ação por parte do governo por meio da criação de políticas públicas que possam estimular, apoiar e fomentar o desenvolvimento tanto da agricultura como das agroindústrias familiares. Neste contexto, podemos observar que o Brasil teve um avanço considerável no que diz respeito às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e o meio rural, onde podemos destacar alguns programas como o PRONAF, PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Programas estes criados com intuito de promover um maior desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar no Brasil.

Em nível estadual um programa que vem ganhando destaque pela importância de suas ações é o Projeto São José, que tem como um dos seus seguimentos o setor de agroindústrias. Entretanto, ainda são escassos os dados e informações disponíveis na literatura sobre as situações destas agroindústrias no estado do Ceará. Segundo Lourenzani e Silva (2006) a sustentabilidade das agroindústrias familiares muitas vezes é dificultada pela escassez de informações, e precariedade de dados, o que diminui a eficiência e dificulta o desenvolvimento de pesquisas e a implementação de medidas de investimento e apoio para o desenvolvimento desse setor.

Assim, a escassez de dados implica o seguinte questionamento: Como será que estão distribuídas e organizadas as unidades de beneficiamento de alimentos cadastradas pelo projeto São José, e qual a situação atual destas unidades?

Portanto, o presente trabalho se propõe a trabalhar com a identificação, quantificação, localização e caracterização das unidades de beneficiamento de alimentos cadastradas pelo projeto São José III no estado do Ceará. Buscando realizar um levantamento situacional, para detecção de potencialidades e problemas, e sugerir possíveis soluções. Com o intuito de auxiliar na organização de demandas e possibilitar ações de apoio e melhoria das condições existentes, seja por parte das instituições governamentais, ou demais setores interessados no desenvolvimento da agricultura familiar no estado do Ceará.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral:

Realizar um levantamento e análise da situação das agroindústrias familiares instaladas no estado do Ceará, cadastradas no projeto São Jose III no período de 2010 – 2017.

2.2. Objetivos específicos:

- ❖ Realizar um levantamento junto a Unidade de Gerenciamento do Projeto São José (UGP), órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) do estado do Ceará, das unidades de beneficiamentos de alimentos atualmente instaladas no estado, que foram contempladas pelo projeto São José III no período de 2010 – 2017.

- ❖ Localizar, quantificar e caracterizar as unidades de beneficiamento de alimentos que fazem parte do cadastro do projeto São José III.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

No presente trabalho iremos apresentar alguns conceitos e informações relevantes a respeito da agricultura familiar no Brasil, abordando temas como: políticas públicas e agroindustrialização. Na sequência iremos apresentar uma abordagem mais regional, expondo um pouco do Projeto São José (PSJ) que é um dos objetos de estudo, e suas ações no estado do Ceará, apresentando um breve histórico do projeto e suas contribuições para o desenvolvimento da agricultura familiar no estado.

3.1 Agricultura e agroindústria familiar

A agricultura familiar não é um tema novo, e vem sendo estudada e pesquisada tanto por parte das políticas públicas como por parte dos acadêmicos, adquirindo assim, novos significados. Como é o caso da lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006, art.3º considera agricultor familiar àquele que pratica atividades no meio rural, sendo está caracterizada pelo gerenciamento do estabelecimento, no qual tem que ser administrada pela própria família, com a mão-de-obra, que na sua maioria é predominantemente familiar, com o tamanho da propriedade que não possua área maior que 4 módulos fiscais, e que a renda familiar seja predominante das atividades desenvolvidas no próprio estabelecimento (BRASIL, 2006).

No meio acadêmico, podem ser encontradas diversas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Segundo Wanderley (2001) a agricultura familiar pode ser entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Já para Montoya e Guilhoto (1999), o agricultor familiar é aquele que trabalha e administra individualmente uma pequena área de terra, própria ou de terceiros, empregando basicamente, mão de obra familiar, cuja produção é parcial ou totalmente orientada para o mercado.

Nota-se que tanto para as políticas públicas como o meio acadêmico o termo agricultura familiar sempre engloba os mesmos aspectos: a família trabalha e gerencia o estabelecimento, sendo da própria família o trabalho e a mão de obra empregada na propriedade. Não existe um conceito único de agricultura familiar, pois existem muitas áreas de utilização, com diferentes significados e finalidades,

sendo que cada área busca a contextualização que melhor se enquadra na sua finalidade.

Segundo Toscano (2003) o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) apresentaram dados que revelam que aproximadamente 85% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. São 13,8 milhões de pessoas que têm na atividade agrícola praticamente sua única alternativa de vida, em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura.

Este setor responde por cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira e 37,8% do valor bruto da produção agropecuária do país são produzidos por agricultores familiares (VOGT, 2009).

O pequeno agricultor ocupa hoje papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) são alguns dos grupos de alimentos com forte presença na produção in natura da agricultura familiar (BRASIL, 2015). Sendo que ainda podem ser utilizados outros meios para uma maior diversificação dos produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar, como o caso da agroindustrialização, por meio do beneficiamento dos alimentos, possibilitando uma maior agregação de valor, durabilidade, e diversidade dos produtos, além de uma maior geração de emprego e renda para os agricultores e suas famílias.

Atualmente muitos pesquisadores começaram a fazer da agroindústria familiar um objeto de estudo, por observar a sua importância para o meio rural, bem como a necessidade de mais pesquisas sobre esses empreendimentos. Segundo Austin (1992) agroindústrias podem ser definidas basicamente como indústrias que dedicam à transformação e ao processamento de matérias-primas agropecuárias (de origem animal e vegetal). De acordo com Corona e Possamai (2002), dentre as atividades não agrícolas a agroindustrialização passou a ocupar um espaço importante, pois ao mesmo tempo em que representou uma alternativa para a família produtora, fez uso da matéria-prima oriunda da própria propriedade, ou seja, de uma atividade já inserida na dinâmica de produção da família.

Além disso, deve-se ressaltar que nesses empreendimentos há grande relevância do trabalho e da gestão por parte do próprio núcleo familiar, o que

empresta sentidos, significados e as estratégias que serão adotadas nesta atividade (GAZOLLA e PELEGRINI, 2008).

A importância da agroindustrialização para o desenvolvimento do meio rural está relacionada com muitos aspectos, dentre eles podemos destacar a elevação da renda familiar. Pois, com o processamento ocorre a agregação de valor a matéria-prima e uma melhor condição para ser comercializado, sendo vendido como o valor maior que o produto in natura. A permanência das famílias no campo, uma maior geração de emprego e uma forma de promover a inclusão dos jovens e das mulheres nas atividades que geram renda para as famílias. Apresentando-se como uma das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no meio rural e para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que pensa o rural como um todo e não mais apenas ligado à produção agrícola.

Um dos maiores e principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares em relação às agroindústrias é a transformação destes empreendimentos em estabelecimentos legais do ponto de vista sanitário, ambiental, e fiscal. Já que a informalidade remete muitas vezes ao princípio de clandestinidade, prejudicando tanto na comercialização, quanto na produção. Contudo, a agroindústria rural tem uma importante contribuição a dar ao desenvolvimento do espaço rural, particularmente naquelas regiões onde fatores estruturais diversos reduzem a competitividade da produção voltada para o mercado de atividades tradicionais (FERNANDES FILHO; CAMPOS, 2003).

Estes são alguns aspectos importantes que devem ser levados em consideração tanto durante o processo de fabricação dos alimentos como durante a comercialização. Sendo necessário que o estabelecimento esteja em conformidade do ponto de vista fiscal, sanitário e ambiental, e que os alimentos sigam os padrões de qualidade estipulados pelo mercado.

3.2 Políticas públicas

O termo política pública é muito amplo, diversos autores destacam concepções sobre o referido tema, deste modo encontramos uma grande variedade de conceitos. Segundo Souza (2006) as políticas públicas são um conjunto de ações e decisões que o governo utiliza, diretamente ou através de delegação, para resolver conflitos e influenciar a vida dos cidadãos.

De acordo com Dias (2008) a política pública é um processo complexo de definições, elaboração e implantação de estratégias por parte dos governos, no qual há identificação e seleção de determinados problemas sociais que merecem ser enfrentados.

Muller e Surel (2004) apontam alguns elementos que contribuem para uma definição de política pública sendo estes:

- a) Uma política pública constitui um quadro normativo de ação;
- b) Ela combina elementos de força pública e elementos de competência;
- c) Ela tende a constituir uma ordem local.

Portanto uma política pública é a soma das atividades dos governos, que direta ou indiretamente influenciam a vida dos cidadãos. De uma forma mais compreensiva, é aquilo que o governo decide que vai realizar ou não realizar, tanto em escala federal, estadual e municipal, podendo ser desenvolvida em parceria com órgãos não governamentais e com a iniciativa privada.

Para Pitaguari e Lima (2005), políticas públicas compreendem gastos públicos capazes de diminuir os custos de produção e viabilizar o setor produtivo, melhorando as condições estruturais de crescimento e desenvolvimento da economia local. Sendo assim, as políticas públicas voltadas para agricultura familiar seriam capazes de diminuir as dificuldades deste setor, onde o mesmo poderia contribuir para a economia local e para o desenvolvimento da sociedade.

3.3.1 Principais políticas públicas voltadas para agricultura familiar no Brasil

Para Bianchini (2005), o mais importante estudo sobre a agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural foi realizado no âmbito de um projeto de cooperação entre o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. O estudo realizado pela FAO/INCRA iniciou-se em 1994 sendo complementado em 2000. Segundo este estudo, existem no Brasil 4.859.864 estabelecimentos rurais, destes, 4.139.369 estabelecimentos gerenciados por agricultores familiares (85% do total). O total do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) apurado no período foi de R\$ 47,8 bilhões, sendo que, deste valor, a agricultura familiar foi responsável por R\$ 18,1 bilhões (38% do total). Com isso nota-se a importância que a agricultura familiar possui tanto na produção de alimentos com na geração de renda, por isso se faz necessário a criação de políticas públicas de incentivo a agricultura familiar.

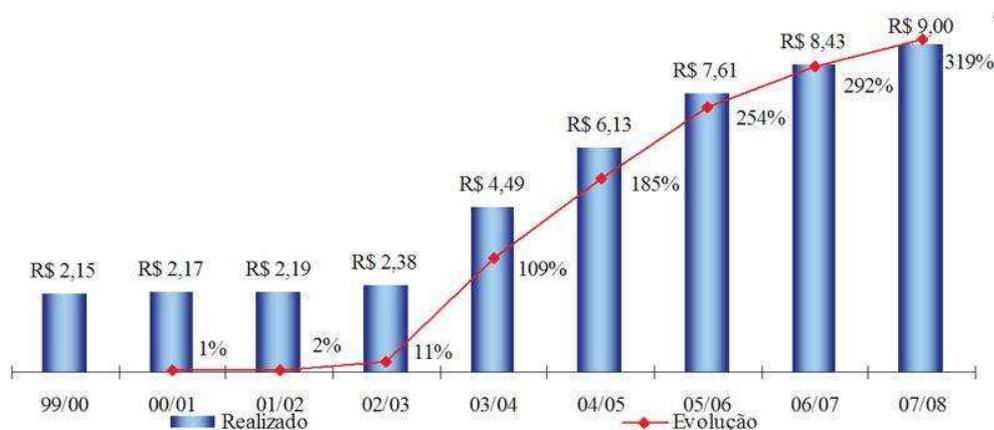
A década de 90 no Brasil foi caracterizada pela tentativa de fortalecimento da agricultura familiar, tendo as políticas públicas de incentivo o fator mais relevante no rumo do desenvolvimento rural brasileiro naquele momento, onde se destacam a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Resultados das reivindicações das organizações dos trabalhadores rurais e dos grupos sociais.

O Pronaf foi criado pelo decreto Nº. 1.946, 28 de junho de 1996, tendo como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar, por meio de apoio financeiro e técnico, tendo em vista o desenvolvimento do meio rural e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, contribuindo com a geração de emprego e renda destas famílias. Segundo Schineider Cazella e Mattei (2004) o termo agricultura familiar, só começou a ser discutido no Brasil, como parte de uma categoria social, a partir da criação do Pronaf.

Abramovay (2006) afirmou que a valorização da agricultura familiar no país foi pautada a partir de três planos distintos:

- a) Plano intelectual devido ao surgimento de diversos estudos e pesquisas que permitiram estratificar e capturar toda a heterogeneidade da agricultura familiar no país, bem como avaliar a sua relevância socioeconômica;
- b) Plano das políticas públicas, principalmente após o lançamento do pronaf e a intensificação dos projetos de assentamentos de reforma agrária durante a década de 1990. Estas e outras políticas foram responsáveis pela geração de novas oportunidades de ocupação e negócios no campo a milhares de famílias;
- c) Plano social, neste a agricultura familiar corresponde a um conjunto de forças organizadas em movimentos sociais e sindicatos cuja principal bandeira de luta é a afirmação da viabilidade econômica da produção familiar.

Figura 1. Evolução do valor total dos contratos do Pronaf no Brasil.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) 1999- 2008.

Na figura 1 observa-se a evolução dos valores que foram financiados pelo Pronaf entre as safras de 1999/2008 em todo o Brasil. O recurso referente ao valor total dos contratos manteve-se estável durante o período de 2002/2003, a partir da safra seguinte ocorreu um aumento significativo, alcançando um crescimento de 319% no valor total dos contratos durante o período, assim podemos constatar uma grande evolução e a aceitação do programa.

Outro Programa que merece destaque é o PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar, o mesmo visa garantir alimentação escolar para as escolas de educação básica do país, desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos, para todos os alunos matriculados em escolas públicas. Neste programa o governo criou uma excelente possibilidade para a ampliação de mercados para a agricultura familiar, por meio da compra dos produtos oriundos da agricultura da agricultura familiar para serem utilizados na merenda escolar.

Da década de 50 até o final dos anos 70, a merenda escolar passou por períodos de reorganização, ganhando até mesmo a ajuda do Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU), somente a partir de 1979 foi dada ao programa a denominação PNAE.

Explicitando a importância da Lei 11.947 no PNAE, Del Grossi *et al.* (2010) relatam que o PNAE existe há mais de cinquenta anos no Brasil, e foi sendo reformulado e atualizado ao longo destes anos. Possuía como uma de suas características a oferta de produtos alimentares que não eram comprados localmente, e que não tinham relação com os hábitos alimentares locais. Em 2009,

com a publicação da Lei n. 11.947, esta realidade começou a ser transformada. A referida lei determina, em seu artigo 14, a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para alimentação escolar, para a compra de produtos da agricultura familiar e de empreendedores familiares rurais, ou de suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

O PNAE tem como finalidade garantir uma alimentação saudável e promover hábitos alimentares saudáveis, atender à necessidade nutricional dos alunos no período de permanência dos mesmo em sala de aula, assim contribuindo para crescimento, desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes.

Tabela 1. Recursos investidos no PNAE - 2000-2007

Recursos investidos no PNAE – 2000-2007		
Ano	Recursos financeiros em (milhões de R\$)	Alunos Atendidos (em milhões)
2000	906,5	37,0
2001	910,2	37,1
2002	848,8	36,9
2003	954,2	36,3
2004	1.014,3	36,9
2005	1.225,2	36,3
2006	1.480,3	36,2
2007	1.520,4	35,7
Total	8.860,2	292,4

Fonte: Brasil (2008)
Adaptado pela Autora.

a quantidade de alunos atendidos pelo projeto durante 2000/2007, totalizando cerca de 292,4 milhões (tabela 1) enquanto o FNDE investiu na alimentação escolar 8.860,2 milhões de reais. Nota-se que o valor investido quase duplicou durante esses oito anos, demonstrando uma grande evolução e aceitação do programa.

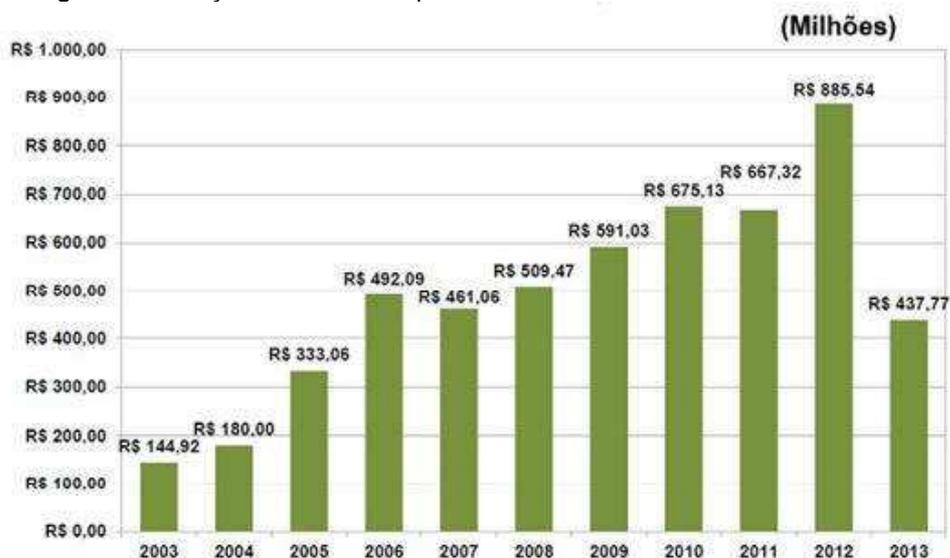
Outro grande passo para a promoção da agricultura familiar está relacionado ao PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que tem por intuito fortalecer e estimular a agricultura familiar através da utilização de compras governamentais, como estrutura de incentivo e garantia de melhores preços na compra dos alimentos oriundos dos mesmo, criando um mercado institucional para os produtos gerados pelos agricultores familiares.

O Programa não se baseia só no incentivo à produção de alimentos gerados pelos agricultores familiares, mas também ao incentivo a comercialização destes

produtos e a contribuição para que pessoas em situação de insegurança alimentar pudesse ter acesso a estes alimentos. Como menciona Schmitt (2005), trata-se de um programa que integra a política de segurança alimentar e nutricional e a política agrícola.

O programa é operado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) ou por meio de convênios celebrados entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e os governos municipais ou estaduais. A execução se dá por meio da aquisição de alimentos e da formação de estoques públicos e da agricultura familiar, respeitando-se limites de valores máximos por agricultor que vão de R\$ 4,5 mil a R\$ 9 mil reais por ano civil (BRASIL, 2009).

Figura 2. Evolução dos recursos aplicados no PAA.



Fonte: MDA (2014).

Observa-se que a evolução de recursos para compras governamentais do PAA foi crescendo até o ano de 2012, inserindo-se assim mais agricultores familiares. Com esse gráfico podemos destacar que esse programa obteve uma ótima aceitação por parte dos agricultores, contribuindo assim para a segurança alimentar e ao mesmo tempo o programa é importante fonte de renda para muitas famílias.

3.4 Projeto São José

O governo do Estado do Ceará, em 1995 na tentativa de minimizar os problemas rurais e criar estratégias para o desenvolvimento do setor, criou o Programa de Apoio ao Pequenos Produtores – PAPP, que segundo Medeiros (2000) tinha como objetivo principal erradicar a pobreza absoluta no campo. A partir de 1996 novos ajustes foram realizados no programa, sendo assim criado o Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR, ou Projeto São José - PSJ, como é mais comumente conhecido do Ceará.

O PSJ tem como objetivo melhorar as condições de vida de famílias carentes da zona rural do Estado, elevar a qualidade de vida e aumentar a geração de emprego e renda da população beneficiada (CEARÁ, 2004). Por meio do fornecimento de apoio financeiro não reembolsável as comunidades, realizados para atender as demandas das próprias comunidades. Os recursos adquiridos tem a participação de 90% do Governo do Estado, via BIRD- Banco Mundial Reconstrução e Desenvolvimento, e 10% de contrapartida da comunidade.

A coordenação do projeto é de responsabilidade da Secretária de Desenvolvimento Agrário (SDA). O projeto tem atuação significativa no estado, atuando em 177 dos 184 municípios do Ceará. Os principais projetos desenvolvidos através do São José são ações de eletrificação rural; sistemas comunitários de abastecimento de água; mecanização agrícola; habitação rural em áreas de assentamento; e projetos produtivos. Contando com a parceria de dez Secretarias de Estado e suas Entidades Representativas, destacando-se entre elas a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE), Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA), e Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE) (CEARÁ, 2004).

O Projeto foi dividido em fases desde a sua criação, onde em 1995 foi Chamado de Projeto São José I - (PSJ I), compreendendo o período de junho de 1995 a junho de 2001 (CEARÁ, 2004).

Tabela 2. Desempenho do Projeto São Jose I, no período de 1995 a 2001.

Ano	Nº de subprojetos	Nº de municípios	Nº de famílias	Recursos aplicados (US\$ 1000,00)
1995	2752	177	182.454	104.017
1996	167	82	5.351	3.289
1997	596	149	18.969	22.322
1998	1406	166	106.375	47.002
1999	314	162	21.071	15.126
2000	477	147	30.972	13.853
2001	150	113	9.950	2.425
Total	5862	177*	375.142	177.872

Fonte: (SANTOS, 2010, p. 31).

Na tabela 2 podem ser observados o desempenho do projeto São José I sendo que a mesma foi produzida com dados da SDA/PSJ I durante os sete anos do PSJ I no período de 1995 a 2001.

Durante os sete anos do PSJ I cerca de 5.862 subprojetos foram liberados, beneficiando 375.142 famílias, distribuídos em 177 municípios cearenses, com um recurso total de aproximadamente US\$ 35 milhões. O Projeto São Jose II – (PSJ II), ocorreu em duas etapas, disponibilizando cerca de US\$ 100 milhões, a primeira correspondeu ao período de 2002 a 2006, e a segunda etapa teve duração de três anos com início em 2006 e termino em 2010 (CEARÁ, 2012). Na tabela 3 pode-se observa o desempenho do PSJ II no período de 2002/2005 com 1.742 subprojetos liberados, atendendo a 111. 327 famílias.

Tabela 3. Desempenho do Projeto São Jose II no período de 2002 a 2005.

Ano	Nº de subprojetos	Nº de municípios	Nº de famílias	Recursos aplicados (US\$ 1000,00)
2002	355	108	24.540	24.224
2003	399	143	27.174	31.861
2004	448	141	28.262	43.454
2005	540	136	31.351	51.632
Total	1742		111.327	151.171

Fonte: (SANTOS, 2010, p. 31).

Atualmente o PSJ encontra-se em sua terceira fase, Projeto São Jose III – (PSJ III) que teve início no ano de 2012 com um investimento de aproximadamente US\$ 300 milhões, para um período de sete anos, um aumento aproximadamente 10 vezes o valor do recurso inicial da primeira fase do projeto (CEARÁ, 2011e).

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA utiliza a dinâmica territorial, numa aproximação com a dinâmica adotada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, essa dinâmica divide o Estado em 13 territórios, chamados de Territórios Rurais de Identidade, e é nesta lógica que o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Competitividade do Estado do Ceará trabalha (CEARÀ, 2011b).

Os 13 territórios, que são: Cariri, Serra da Ibiapaba, Litoral Leste, Litoral extremo Oeste, Vale do Curu e Aracatiaçu, Maciço de Baturité, Vale do Jaguaribe, Região Metropolitana- José de Alencar, Sertão Central, Centro Sul e Vale do Salgado, Sertão de Inhamuns e Crateús, Sertão de Canindé e Sobral. O município de Fortaleza não faz parte da área de atuação do PSJ III.

Nessa fase do programa, ocorreram algumas mudanças, com o objetivo de sanar algumas deficiências apresentadas no São José I e II. Os projetos I e II eram programas de combate à pobreza, já o III, é mais complexo por ser voltado para o desenvolvimento rural sustentável, buscando alcançar sustentabilidade econômica, social e ambiental, e com enfoque em projetos produtivos (CEARA, 2011f).

Segundo Ceará (2011b) o PSJ III foi estruturado em três componentes principais:

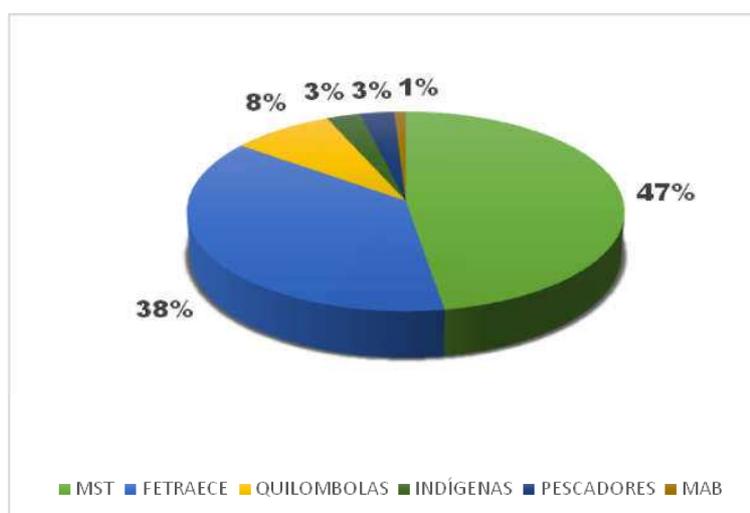
- ❖ **Componente 1 – Inclusão Econômica** – destina-se às ações voltadas ao fortalecimento e adensamento das Cadeias Produtivas e ao avanço da participação dos agricultores familiares nos segmentos de maior agregação de valor;
- ❖ **Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – SAAES**: destina-se implantar SAEES em comunidades do meio rural sem acesso à água potável e esgotamento sanitário;
- ❖ **Componente 3 - Fortalecimento Institucional e apoio a Gestão**: apoio às ações de capacitação, gestão, elaboração de estudos, programas de intercâmbios, comunicação e divulgação.

Na categoria de inclusão economia, foram lançados dois editais com 95 projetos aprovados onde encontram-se em fase de implantação. Também foi realizada uma chamada pública com a aprovação de 217 projetos produtivos, que tem como público-alvo 6.408 famílias da agricultura familiar, distribuídas em 217 comunidades rurais do estado do Ceará. Tal proposta a ser implantada, objetiva melhorar a renda e

consequentemente a qualidade de vida, abrangendo cerca 27.554 pessoas. Para tanto, foram empregados R\$ 71.353.471,33 (setenta e um milhões, trezentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e setenta e um reais e trinta e três centavos) (SDA/ PSJ III, 2006).

A chamada pública contemplou a participação de movimentos sociais como o movimento dos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e dos atingidos por barragens. Na figura 4 pode-se observar que a maior parte dos projetos cerca de 47%, ficaram com o MST- Movimento dos Sem Terras, seguido da FETRAECE - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará com 38%, os quilombolas com 8%, o grupo dos indígenas e pescadores artesanais corresponderam a 3% cada, e por fim com 1% o MAB –Movimento dos Atingidos por Barragens.

Figura 4 - Movimentos sociais participantes da Chamada Pública do Projeto São José III, 2016.



Fonte: Elaborado pela autora.

O projeto São José foi considerado pelo Governo do Estado como o principal instrumento de desenvolvimento local do Estado do Ceará (CEARÁ 2004). Assim podemos perceber a importância que o São José tem para o Ceará, beneficiando inúmeras famílias e comunidades rurais que já foram contempladas nas três fases do projeto.

4. METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi realizada uma pesquisa exploratória, segundo metodologia descrita por Gil (2002). Com o objetivo de proporcionar uma maior familiaridade com o problema, envolvendo: (a) referencial bibliográfico; (b) levantamento e análise de dados; e (c) entrevistas.

4.1 Referencial bibliográfico

A pesquisa bibliográfica foi realizada com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, dissertações, teses e artigos científicos (GIL, 2002). A coleta de dados foi realizada utilizando fontes virtuais indexadas na base de dados do Google Acadêmico. As categorias de análise (palavras chaves) utilizadas foram: agricultura familiar, agroindústrias, agroindustrialização, políticas públicas, Pronaf, PNAE, PAA e projeto São José no Ceará.

4.2 Levantamento e análise de dados

A coleta de dados ocorreu a partir de análise documental. De acordo com Helder (2006) a técnica documental vale-se de documentos ou dados originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. Os documentos e dados analisados foram fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), especificamente a unidade de gerenciamento do projeto São José – UGP, no qual foram disponibilizadas planilhas contendo informações dos dois editais e da chamada Pública do PSJ III.

As planilhas continham informações das associações e cooperativas que foram beneficiadas pelo Projeto, compreendendo os seguintes dados: território, município, beneficiários, valor do recurso, objetivos, responsável legal, contatos (e-mails e telefones) e as quantidades dos projetos aprovados.

No presente trabalho foram analisados apenas os dados referentes a categoria 1- Inclusão Economia, sendo selecionados apenas os projetos voltados a implantação e/ou reforma de unidades de beneficiamento de alimentos de alimentos (agroindústrias).

A partir da seleção e análise dos dados foram confeccionados gráficos utilizando o programa Microsoft Office Excel 2013, e mapas utilizando o programa Arcgis, tendo como base o mapa do estado do Ceará. Os mapas foram construídos no intuito de facilitar a identificação dos municípios beneficiados pelo projeto, destacando também as categorias contempladas. Foram confeccionados três mapas, um para cada fase do projeto São José III.

4.3 Entrevistas

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, utilizando questionário em anexo (Anexo 1), assim, poderiam surgir novas perguntas, sendo enquadradas no decorrer da entrevista. No que se refere a escolha das perguntas, buscou-se extrair o máximo de informações, formulando questões que abrangiam tanto aspectos agrícolas como aspectos voltados ao beneficiamento dos alimentos. Também tentou-se entender como esses empreendimentos surgiram, do mesmo modo lançamos perguntas referente ao PSJ e a situação atual dos empreendimentos.

Antes do início das entrevistas, foram apresentados os objetivos da pesquisa, com a explicação da proposta do estudo. Sendo entregue e assinado por ambas as partes, um termo de consentimento livre esclarecido (Anexo 2), com as orientações e autorização para a realização da entrevista e publicação dos resultados.

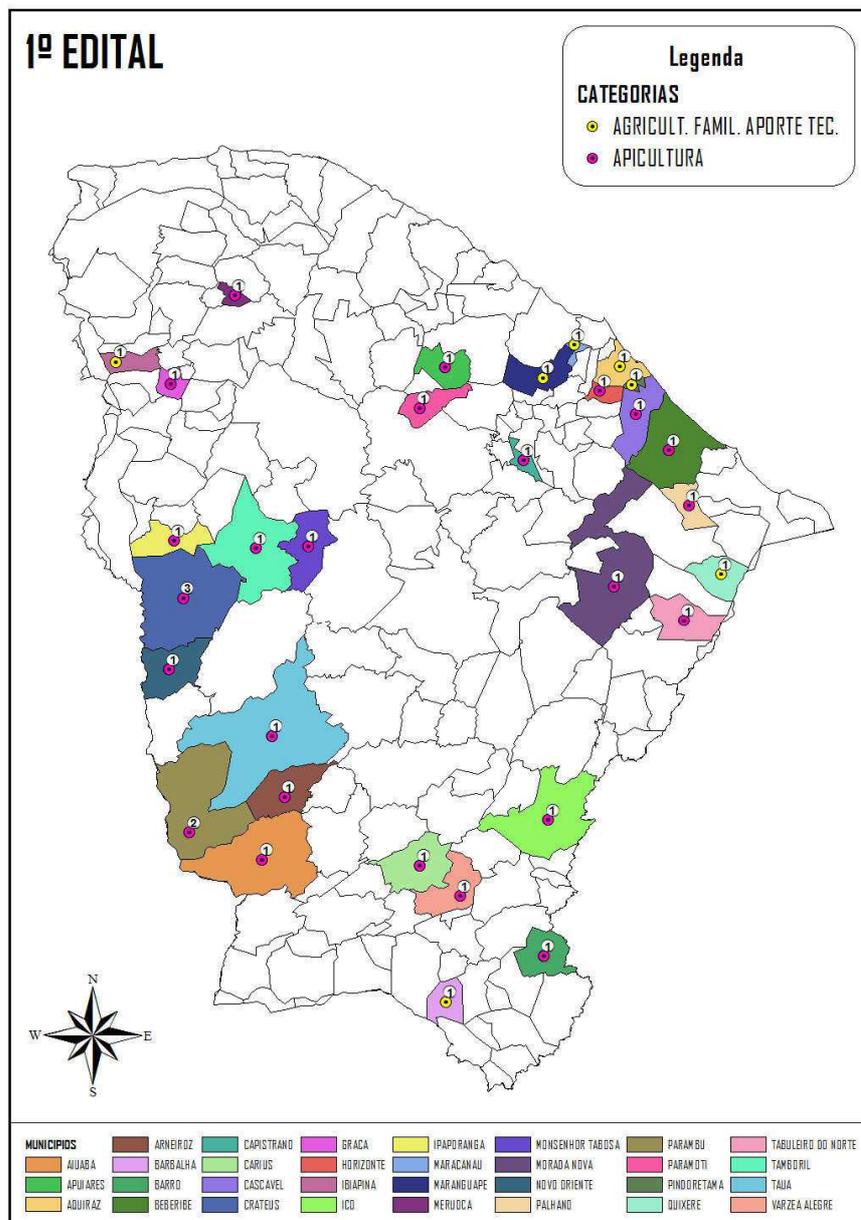
Foram selecionadas nove associações/cooperativas para participar das entrevistas, sendo estabelecido o número de três associações/cooperativas para cada um dos dois editais e três para a chamada pública, totalizando nove empreendimentos visitados. Para a escolha das associações/cooperativas foi utilizado como critério a localização. Sendo pré-estabelecidos os Territórios de Baturité e Região Metropolitana - José de Alencar, por serem regiões próximas e área de produção e escoamento dos produtos, e relativamente perto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, facilitando assim a coleta das informações. Outro critério estabelecido foi a diversificação de atividades, onde as categorias escolhidas foram as seguintes:

- Agricultura Familiar com Aporte Tecnológico (Cajucultura, Mandiocultura e Construção de unidade de polpa de frutas);
- Apicultura (Casa de beneficiamento e entreposto de mel);
- Criação de Pequenos animais (Abatedouro).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados obtidos, foram confeccionados três mapas (Figuras 5, 7 e 9), um para cada edital do PSJ III e outro para a chamada pública, contendo a identificação dos municípios beneficiados e as categorias de empreendimentos contempladas pelo projeto, tendo como base o mapa do estado do Ceará.

Figura 5. Mapa dos municípios e categorias contempladas no 1º Edital do projeto São José III (2012 - 2017).



Fonte: Elaborado pela autora.

A figura 5 apresenta a distribuição espacial dos municípios e categorias que foram beneficiadas no 1º edital do projeto São José III. Foram contemplados 31 municípios, sendo eles; Aiuaba, Apuiaries, Aquiraz, Arneiroz, Barbalha, Barro, Beberibe, Capistrano, Carius, Cascavel, Crateús, Graça, Horizonte, Ibiapina, Ico, Ipaporanga, Maracanaú, Maranguape, Meruoca, Monsenhor Tabosa, Morada Nova, Novo Oriente, Palhano, Parambu, Paramoti, Pindoretama, Quixeré, Tabuleiro Do Norte, Tamboril, Tauá, Várzea Alegre. As categorias contempladas foram apicultura e Agricultura Familiar com Aporte Tecnológicos – AFAT, totalizando 34 projetos aprovados. A categoria de apicultura contemplou a construção e/ou reforma de entrepostos e casas de mel, além da aquisição de equipamentos, já a categoria de AFAT deste edital, contemplou a construção e/ou reforma de fábricas de processamento de polpas de frutas e a aquisição de equipamentos.

O debate em torno da área apícola no estado do Ceará não é um tema novo, onde o mesmo vem sendo bastante discutido desde a década de 70, com a introdução das abelhas africanizadas no estado, deste então as políticas públicas vem buscando mecanismos de incentivo e investimento no setor. A questão das fábricas de beneficiamento de polpa de frutas, aparecem com uma solução para o melhor aproveitamento, agregação de valor, e diminuição das perdas pós-colheita de frutas.

O Projeto São José atua em 13 territórios, dentre eles podemos observar que a região do Sertão de Inhamuns e de Crateús foram as mais beneficiadas no primeiro edital do PSJ (Figura 5), contemplando oito municípios (Crateús, Tauá, Tamboril, Novo Oriente, Arneiroz, Parambu Itaporanga e Monsenhor Tabosa), todos para a categoria de apicultura. Fato que pode ser justificado devido a diversos fatores, dentre eles podemos destacar que a base da economia do território compreende o exercício de atividades agropecuárias, sendo que a apicultura aparece como uma das principais atividades desenvolvidas na região (CEARÁ, 2011).

De acordo com Barbosa (2016) a produção de mel na região do Sertão de Inhamuns e Crateús existe há aproximadamente doze anos, tendo sua atividade iniciada com apenas 30 produtores. Segundo o mesmo autor atualmente a apicultura promoveu um aumento na renda das famílias atraindo novos produtores, sendo que em 2016 o território contava com mais de 200 apicultores.

Na região Metropolitana - José de Alencar foram contemplados quatro municípios (Maracanaú, Maranguape, Aquiraz e Horizonte), sendo que três foram destinados a AFAT. Segundo dados Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE) em 2013 o Polo Metropolitano possuía uma área irrigada de 6.167 hectares (ha) plantados com diversas frutíferas. Os municípios contemplados com o PSJ1 aparecem em destaque no que se refere a produção de frutas como caju, manga, graviola, maracujá, goiaba e acerola. Sendo que Maranguape ficou em primeiro lugar na produção de acerola com 920 ha de área plantada e colhida. A elevada produção de frutas justifica a implantação de unidades de beneficiamento de polpa na região. A categoria de apicultura está presente em 11 municípios na região, com produção estimada de 450 mil kg segundo dados de 2011, da EMATECE e AGROPOLO (CEARÁ, 2011).

O Litoral Leste foi contemplado nas duas categorias, Beberibe com apicultura e Pindoretama e Cascavel com AFPT. Os municípios são produtores de acerola, caju, goiaba e manga, sendo que Cascavel se destaca na produção de manga com 490 ha de área plantada e colhida. O território Vale do Jaguaribe teve quatro municípios contemplados (Palhano, Tabuleiro do Norte, Morada Nova e Quixeré) nas duas categorias, o território possui uma área planta de frutas irrigada de 11.919 ha, sendo que as frutas em destaque na região são a abacaxi, graviola e a manga, segundos dados da ADECE, CEARÁ (2013). Já no território do Cariri o município de Barbalha foi contemplado com a AFAT. Segundo Ferreira (2014) as frutas mais comumente produzidas e consumidas nos municípios da região, são abacaxi, manga, tangerina, maracujá e goiaba.

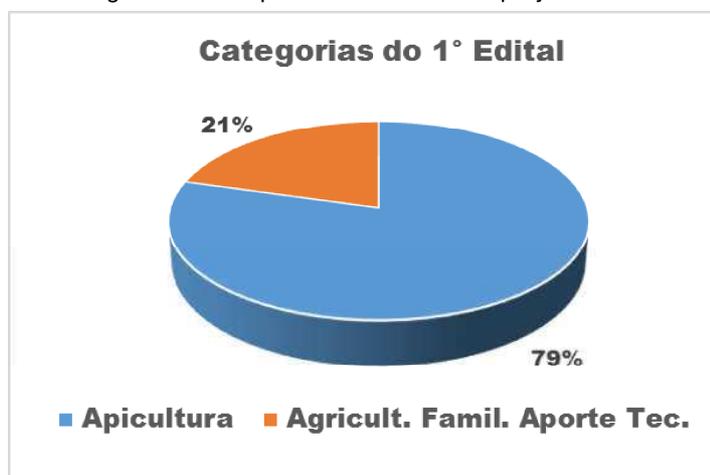
Nota-se que muitos dos territórios apresentados possuem grandes áreas plantadas com frutíferas, sendo em sua maioria irrigada, garantindo assim uma maior produção. Deste modo, as unidades de beneficiamento de polpas de frutas instaladas nessas regiões, apresentam se como uma alternativa viável aos agricultores, possibilitando um melhor aproveitamento da produção e agregação de valor ao produto, sendo uma alternativa de renda para estas famílias.

Na categoria de apicultura foram contempladas as regiões de Cariri e Centro Sul, já que boa parte dos municípios (cerca de 37) desenvolvem esta atividade, segundo dados da CEARÁ (2011). As unidades de beneficiamento de mel instaladas nos municípios de Várzea Alegre e Barro, do território de Cariri, e os municípios de

Aiuaba, Carius e Ico, do território do Centro Sul, poderão atender a demanda dos outros municípios produtores de mel na região.

Os territórios de Serra de Canindé com o município de Paramoti, A região do Vale do Curu e Aracatiaçu, com o município de Apuiares, território de Sobral com Graça e Meruoca e Maciço de Baturité com o município de Capistrano, foram contemplados com o projeto de apicultura. A maioria das cidades citas a cima produzem mel, porem com uma baixa produtividade, de modo que a região possui característica para desenvolvimento da mesma, e com a chegada dos projetos nas regiões, os agricultores passem a produzir o mel em maior quantidade.

Figura 6. Categorias contempladas no 1ª edital do projeto São José III.



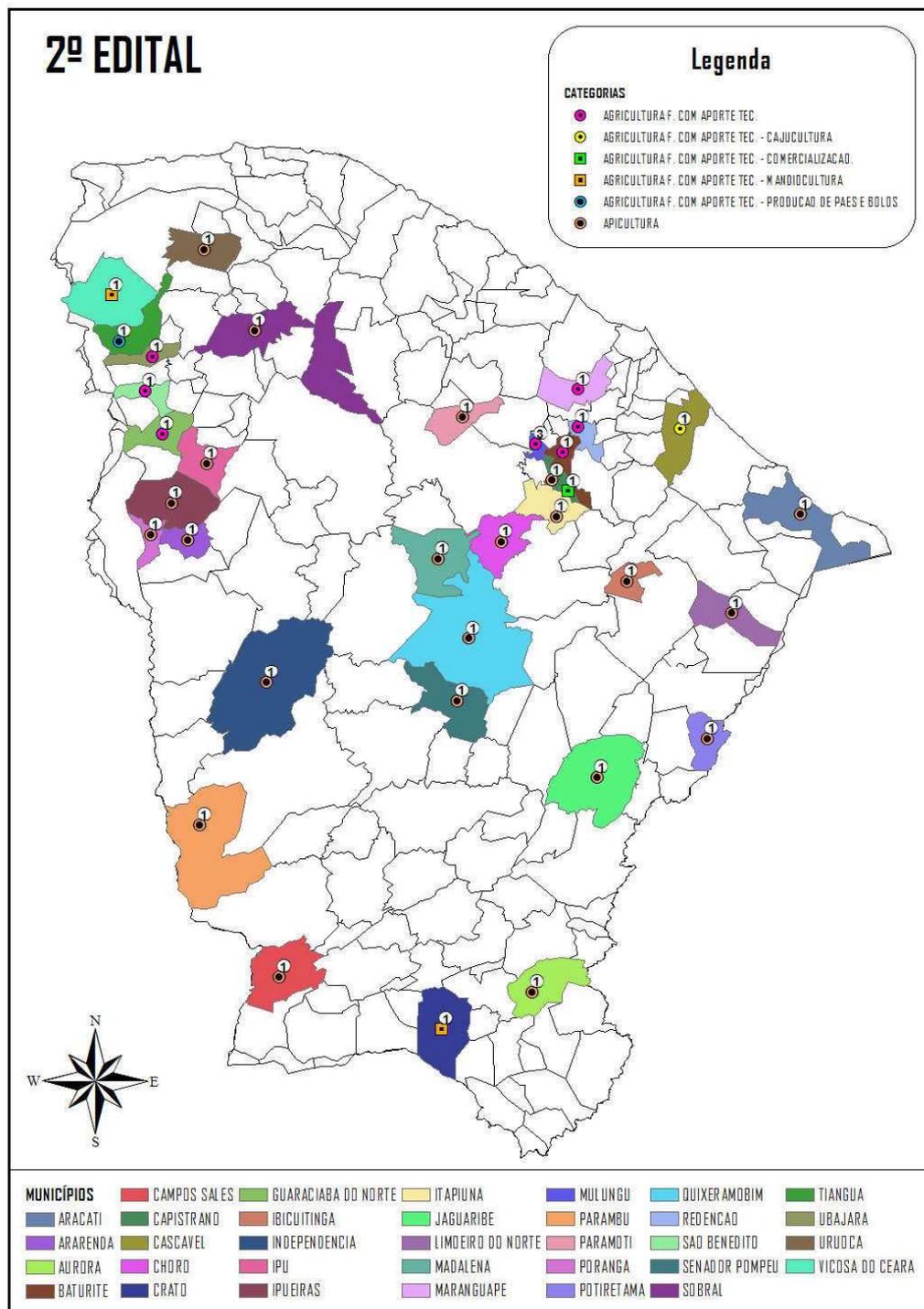
Fonte: Elaborado pela autora.

A figura 6 apresenta a porcentagem de projetos aprovados por categorias. Pode se perceber que a apicultura se sobressaiu com 79% dos projetos aprovados, (27 projetos) em relação a Agricultura familiar com Aporte tecnológico, com 21% (7 projetos).

Alguns fatores podem ter ocasionado essa diferença significativa, dentre deles podemos destacar que muitos agricultores familiares utilizam a apicultura como uma fonte de renda complementar as outras atividades desempenhadas da região. Outro fator que favorece o desenvolvimento da atividade é que o semiárido apresenta excelentes condições para a exploração apícola, tanto pelo clima favorável como pela riqueza da vegetação. Além do que, a apicultura está presente em quase todos os municípios do estado, decorrente disso a utilização das casas e entrepostos de mel oriundo dos projetos servirão para um fortalecimento da cadeia no estado.

No que se refere a categoria de agricultura familiar com aporte tecnológico, que neste edital está voltada para as fábricas de beneficiamento de polpas de fruta, segundo dados da ADECE, CEARÁ (2013), o Ceará foi o 4º maior produtor de frutas do país em 2011, com uma produtividade de 2.496.051 toneladas. Segundo Matta (2005) a produção de polpa de frutas é um método de conservação que possibilita a manutenção das características da fruta e permite seu consumo nos períodos de entressafra, possibilitando ao produtor uma alternativa para a utilização de frutas que não atendam ao padrão de comercialização do produto in natura, ou cujos preços não sejam compensadores, além de agregar valor aos seus produtos agrícolas, com aumento da renda e redução das perdas pós-colheitas existentes. Portanto, a implantação desses empreendimentos torna-se é de grande interessante para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar no Estado do Ceará.

Figura 7 - Mapa dos municípios e categorias contempladas no 2º Edital do Projeto São José III (2013-2017).



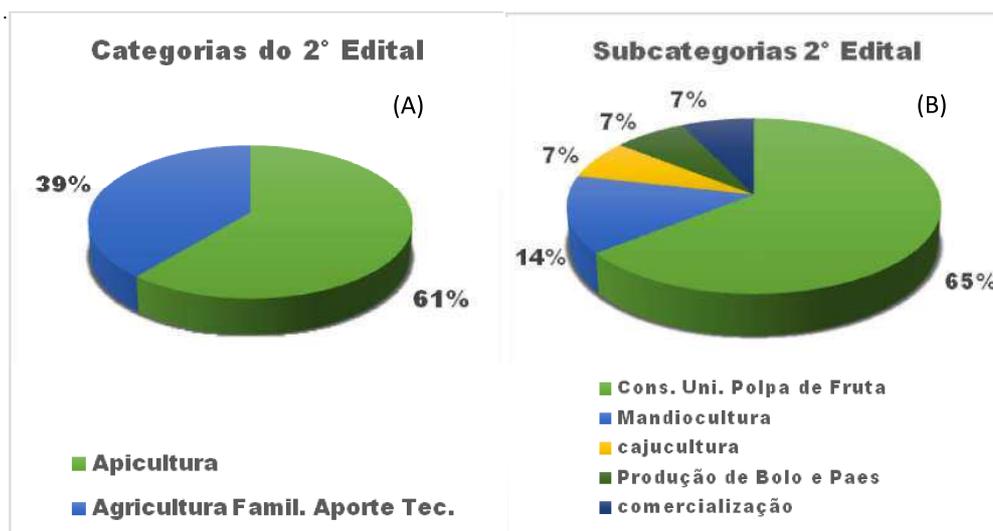
Fonte: Elaborado pela autora.

A figura 7 apresenta a distribuição dos municípios e das categorias que foram beneficiadas no segundo edital do projeto São José III. Foram beneficiados 33 municípios, sendo eles; Aracati, Ararendá, Aurora, Baturité, Campos Sales, Capistrano, Cascavel, Choro, Crato, Guaraciaba do Norte, Ibicuitinga, Independência, Ipu, Ipueiras, Itapiúna, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Madalena, Maranguape, Mulungu, Parambu, Paramoti, Poranga, Potiretama, Quixeramobim, Redenção, São benedito, Senador Pompeu, Sobral, Tianguá, Ubajara, Uruoca e viçosa do Ceará.

Com citado anteriormente, o primeiro edital do projeto São José III contemplou duas categorias, apicultura e agricultura familiar com aporte tecnológico (AFAT). No segundo edital a categoria de agricultura familiar com aporte tecnológico foi dividida em subcategorias sendo elas: a) AFAT- Mandiocultura: com a finalidade de construir e/ou reformar, e equipar unidades de produção de derivados de farinha; b) AFAT- Cajucultura: com a intuito de construir uma fábrica de beneficiamento de caju e aquisição de equipamentos; c) AFAT- Comercialização: com o objetivo de construir centros de comercialização; e d) AFAT-Produção de Pães e Bolos: que visa a Construção de unidade de produção de pães e bolos.

A figura 8 apresenta a porcentagem de projetos aprovados por categoria e subcategorias contempladas no 2º edital do PSJ.

Figura 8. Categorias (A) e subcategorias (B) contempladas no 2º edital do projeto São José III.



Fonte: Elaborado pela autora.

No 2º edital do projeto São José foram contemplados 36 projetos, sendo que a maior parte foi destinada a apicultura com 61% das categorias. No estado do Ceará o mel possui uma grande importância, pois o mesmo já esteve em segundo lugar em exportação. O mel do estado é oriundo de vegetação silvestre livre de agrotóxicos, considerado orgânico. Podendo ser alguns dos motivos que ocasionaram na maioria dos projetos a preferência por esse setor.

A região do Sertão de Inhamuns e Crateús, que no 1º edital do projeto São José receberam uma grande parte dos projetos, destacou-se novamente. Sendo contemplados os municípios de Parambu, Independência, Poranga, Ararendá, Ipuera e Ipu. Segundo Barbosa (2016) a apicultura é bem assistida na região pelas políticas públicas, onde existem programas voltados para o fortalecimento da cadeia como é o caso do projeto Aroeira, que incentiva o cultivo de árvores nativas na região. Muitas vezes os agricultores realizam diversas atividades agrícolas e a produção de mel passou a ser uma atividade a mais, sem prejudicar as outras atividades. Nesta região observa-se que o setor é bastante desenvolvido e existe investimento por parte das políticas públicas, de modo que esses produtores são incentivados a plantar árvores nativas que servirão de matéria-prima para a produção de mel, dessa forma fortalecendo a produção e trazendo mecanismos para um melhor desenvolvimento do setor na região.

No segundo edital o território do Maciço de Baturité obteve um maior número de projetos, contemplando 5 municípios (Redenção, Baturité, Capistrano, Mulungu, Itapiúna) em duas classes, apicultura e agricultura familiar com aporte tecnológico, com 2 e 6 projetos, respectivamente. Segundo dados do IBGE (2015) apenas algumas frutas são produzidas na região como o caju, goiaba e a manga. A chegada destes projetos na região poderá promover um maior interesse por parte dos agricultores, com possível aumento da produção e uma maior diversificação de frutas produzidas. No que se refere a apicultura, segundo dados do CEARÁ (2011) o território do Maciço de Baturité possui quatro municípios produtores de mel, a implantação desses projetos na região poderá servir de incentivo a novos produtores de mel, promovendo o desenvolvimento da atividade na região.

O território do Litoral Leste destacou-se em duas categorias, apicultura e AFAT – Cajucultura, nos municípios de Aracati e Cascavel, respectivamente. Segundo dados de CEARÁ (2013) Cascavel é considerado um grande produtor de caju, com uma área plantada e colhida de 20.300 ha. A implantação desta fábrica de

processamento de caju surge com uma ótima opção para os agricultores da região, proporcionando uma maior agregação de valor e aproveitamento dos frutos, já que os mesmos vendem suas produções a um baixo custo, deste modo poderá trazer inúmeros benefícios para os agricultores da região.

O Vale do Jaguaribe foi beneficiado com três projetos de apicultura, contemplando os municípios de Potiretama, Limoeiro do Norte e Jaguaribe. Segundo dados da CEARÁ (2011) tanto o território do Litoral Leste quanto o Vale do Jaguaribe, são grandes produtores de mel com uma produção de 1.860 mil kg. Sabe-se que existem muitos produtores de mel na região e os projetos trarão um suporte a mais aos produtores.

A figura 8 (B) representa a divisão das subcategorias da agricultura familiar com aporte tecnológico. Sendo que 65% corresponde a construção das unidades de polpa de frutas, devido à grande importância desse setor com já foi salientado anteriormente na discussão do 1º edital.

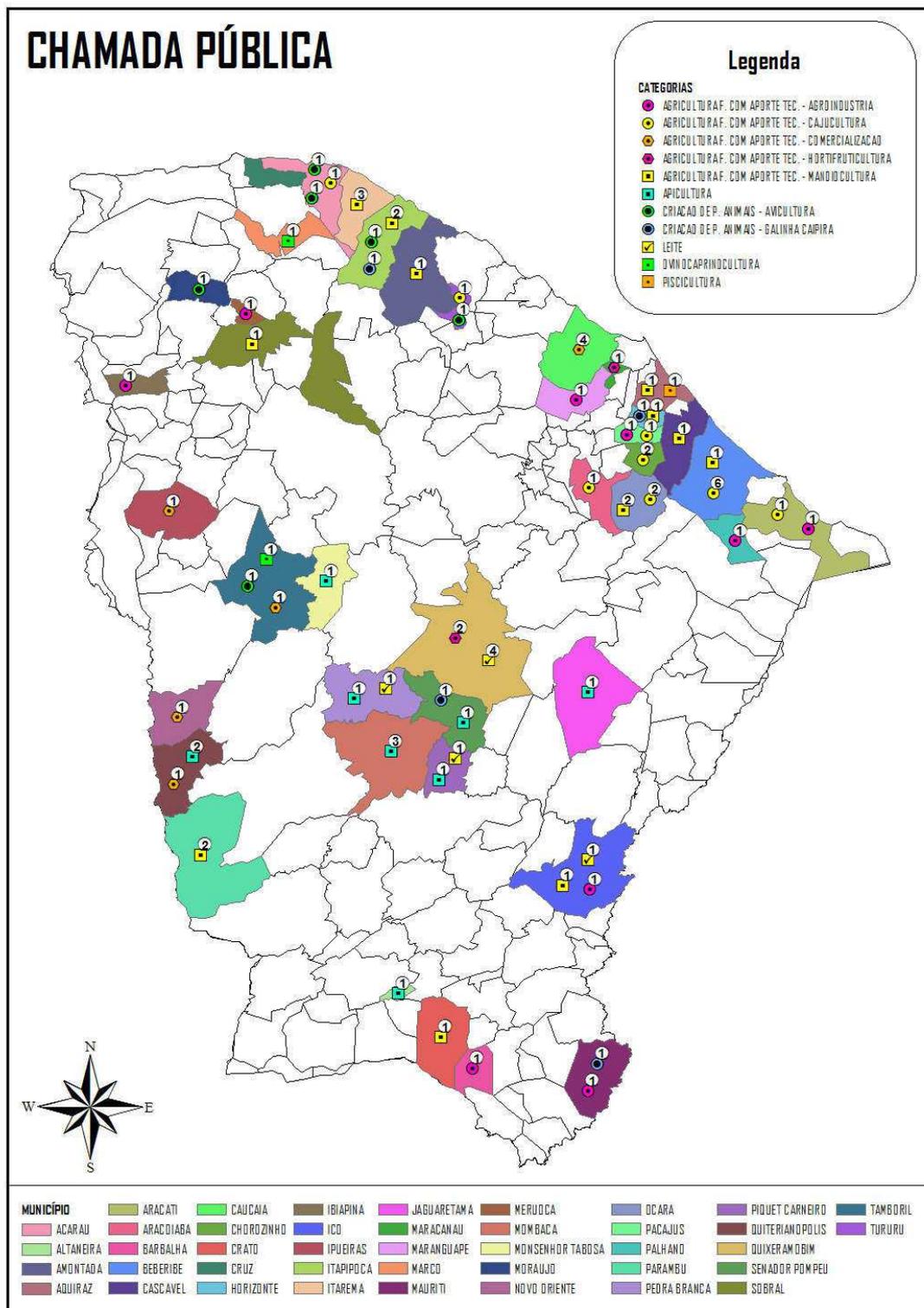
A mandiocultura com 14% das categorias representa um setor de muita importância para os agricultores familiares, onde os mesmos são responsáveis por uma boa parte da produção do estado, além de que seu cultivo é tradicional na região. No estado do Ceará a produção da mandioca é praticamente toda destinada para a produção de farinha, fécula e ração animal. Sendo que na maioria das vezes os agricultores não possuem os maquinários necessários para a fabricação de seus subprodutos. Com a introdução desses projetos na região os agricultores terão uma maior facilidade para o processamento e diversificação de produtos da mandioca.

A cajucultura representou 7% das categorias, sendo que esta cultura é bem adaptada as condições existentes na região, possuindo uma grande importância no que se refere a economia da região. De acordo com CEARÁ (2013) o Ceará no ano de 2011 foi considerado o maior produtor de caju do país. A maioria dos produtores que trabalham com a cajucultura estão preocupados com a amêndoa, e o pedúnculo acaba se tornando um produto desvalorizado. Os projetos destinados a esta subcategoria tem por intuito a construção de fábricas para o processamento do pedúnculo, sendo uma ótima opção para os agricultores agregar valor ao produto e diversificar a produção.

A subcategoria de produção de pães e bolos que correspondeu a 7% dos projetos aparece como com um diferencial neste edital, já que essa cadeia está

voltada principalmente para público de jovens e mulheres, com o intuito de gerar novos postos de trabalhos e renda para a região. A comercialização também representou 7% dos projetos, surgindo como uma ótima opção para os agricultores, pois com a construção dos centros de comercialização possibilitará os agricultores novas opções de mercado e maior facilidade para a venda de seus produtos.

Figura 9 - Mapa dos municípios e categorias contempladas na chamada pública do Projeto São José III.



Fonte: Elaborado pela autora.

A figura 9 apresenta os municípios e as categorias que foram contemplados na chamada pública do projeto São José III. A chamada pública contemplou 83 projetos, distribuídos em 41 municípios, sendo eles: Acaraú, Altaneira, Amontada, Aracati, Aracoiaba, Barbalha, Beberibe, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Crato, Cruz, Horizonte, Ibiapina, Ico, Ipueiras, Itapipoca, Itarema, Jaguaratama, Maracanaú, Maranguape, Marco, Mauriti, Meruoca, Mombaça, Monsenhor Tabosa, Moraujo, Novo Oriente, Ocara, Pacajus, Palhano, Parambu, Pedra Branca, Piquet, Carneiro, Quiterianópolis, Quixeramobim, Senador Pompeu, Sobral, Tamboril, Tururu.

A chamada pública foi realizada de acordo com as demandas das associações e cooperativas, que enviaram os projetos nas áreas de maiores necessidades, diferentemente dos dois editais, pois os mesmo já possuíam as categorias, e a escolha do projeto era realizada dentre as categorias previamente estabelecidas. Decorrente deste fato observou uma maior diversificação das categorias, sendo ótimo tanto para os agricultores como para o mercado consumidor, pois além da diversificação de produtos, podem promover o desenvolvimento de proporcionam novas fontes de trabalho e renda, não concentrando investimentos em apenas um determinado setor.

A categoria de apicultura e agricultura familiar com aporte tecnológico continuou na chamada pública, com as diferenças de que a apicultura não aparece mais como a principal atividade, e as fábricas de polpa de frutas não foram contempladas nesta etapa. A categoria de AFAT apareceu com uma maior diversificação de suas subcategorias, algumas delas já faziam parte do 2º edital e outras novas categorias e subcategorias foram criadas.

As novas subcategorias foram: a) AFAT- Agroindústrias: com o objetivo de construção de Agroindústrias; b) AFAT- Hortifruticultura: com a utilização dos recursos para espaços que serviram para o manuseio dos produtos; c) Categoria de criação de pequenos animais - avicultura e galinha caipira: tendo como principal demanda a construção de abatedouros; d) Categoria de leite: visa a construção de fábricas de beneficiamento de leite e construção de frigoríficos; e) Ovinocaprinocultura: com a construção de salas de abates; f) Piscicultura: construção de cozinhas industriais para o processamento e preparo de pescados.

No território da região Metropolitana foram contemplados mais uma vez os municípios de Maranguape, Maracanaú, Caucaia, Aquiraz, Horizonte, Pacajus, e

Chorozinho, com 14 projetos aprovados, abrangendo quase todas as categorias. A cidade de Aquiraz foi contemplada na categoria de Piscicultura, sendo que esse projeto na região se torna viável já que a cidade é conta com muitas praias e o projeto está voltado para a construção de uma cozinha industrial para o preparo de pescado e derivados.

A cidade de Pacajus foi beneficiada com uma fábrica de processamento do caju, já que no município o setor é bem desenvolvido, possuindo inclusive um campo experimental que tem por finalidade possibilitar o desenvolvimento e execução de trabalhos de pesquisa com cajueiro, esse campo veio para a cidade através de uma parceria entre o Governo do Estado e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Esse projeto no município poderá ser muito útil, pois a maioria dos produtores que trabalham com a Cajucultura visam a amêndoa e vendem o pedúnculo com preços baixos, assim poderão utilizar o caju para outros fins, como a utilização para produção de sucos, geleias, doces, dentre outros produtos.

O território do Sertão Central aprovou 15 projetos, sendo contemplados os municípios de Pedra Branca, Mombaça, Senador Pompeu, Piquet Carneiro e Quixeramobim, em quase todas as categorias, destacando-se a cidade de Quixeramobim que foi contemplada com três projetos de leite e dois de hortifruticultura. Segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (2015) Quixeramobim é a principal bacia leiteira do Estado do Ceará. Os projetos que destinam-se a produção de derivados do leite e a construção de frigoríficos, poderão ajudar muitas famílias, pois ao mesmo tempo que beneficiam o produto, também possibilita um local destinado a comercialização.

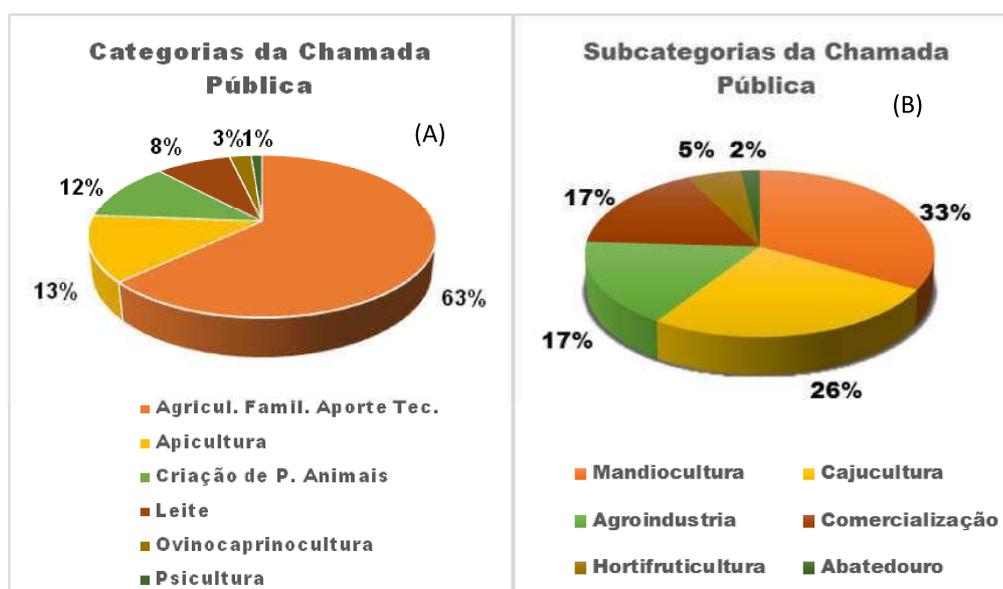
A cidade de Mombaça foi contemplada com três projetos de apicultura, o município foi considerado o terceiro maior produtor de mel do estado do Ceará (IBGE, 2005). Desta forma os produtores terão uma ferramenta a mais para ajudá-los na produção, sendo que os projetos na região apresentam-se como uma alternativa viável devido à alta produtividade da matéria-prima na região, de modo que as fábricas possuem recurso suficiente para funcionar.

O território do sertão de Inhamuns e Crateús como foi citado anteriormente destacou-se nos dois editais com muitos projetos na categoria de apicultura, sendo que desta vez o território foi contemplado na categoria de apicultura nas cidades de Quiterianópolis e Monsenhor Tabosa, onde já foi enfatizado que essa região possui

grandes produtores de mel, assim pode se ressaltar que o recurso está sendo bem empregado. Outras cidades do território também apareceram em destaque, porém, com uma enorme variedade de categorias, sendo elas os municípios de Parambu, Novo Oriente, Ipueiras e Tamboril.

A cidade de Tamboril foi contemplada com três projetos, sendo eles: ovinocaprinocultura, Criação de pequenos animais - Avicultura e AFAT-Comercialização. Segundo A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará - FAEC (2016) a cidade é naturalmente vocacionada para a criação de caprinos e ovinos, porém encontra-se ainda a criação de galinha caipira, deste modo nota-se a viabilidade dos projetos para a região já que está dentro da área de trabalho dos produtores, tendo como manter as fábricas em funcionamento.

Figura 10. Categorias (A) e subcategorias(B) contempladas na chamada pública do projeto são José III.



Fonte: Elaborado pela autora.

Nessa fase a agricultura familiar com o aporte tecnológico se sobressaiu a apicultura (13% dos projetos aprovados), diferentemente dos editais anteriores, no qual a apicultura foi responsável pela maior parte dos projetos. Alguns motivos podem ter ocasionado essa mudança, nos editais anteriores as categorias eram pré-estabelecidas e as instituições enviavam seus projetos de acordo com as mesmas, já na chamada pública foi trabalhado as demandas da comunidade, possibilitando uma maior diversidade de atividades. Além disso, nos editais anteriores

disponibilizaram um grande volume de recursos destinado a apicultura, de forma que pode ter suprido grande parte das necessidades desse setor anteriormente, ocasionando uma diminuição nas demandas por recursos para este setor.

Na chamada pública do projeto São José III foram contemplados 83 projetos, sendo a maior parte para a categoria de agricultura familiar com aporte tecnológico, com 63% dos projetos aprovados (Figura 10 - A). A categoria de AFAT abrange algumas subcategorias (Figura 10 - B), sendo que a mandiocultura com 33% dos projetos, visou a construção de casas de farinha e aquisição de equipamentos. Esses projetos na região poderão ajudar muitas famílias, pois como já foi enfatizado anteriormente o estado é um grande produtor de mandioca. Segundo dados da companhia de abastecimento - CONAB (2006) a cultura esteve presente em 170 municípios do estado. Deste modo esses empreendimentos poderão ajudar os produtores no beneficiamento da mandioca.

A cajucultura com 26% dos projetos aprovados na categoria de AFAT, é responsável pela geração de empregos tanto no campo com nas fábricas de processamento, cuja importância é ainda maior no período de safra. Com a chegada desses estabelecimentos oriundos do projeto São José, com as fábricas de processamento de caju, os produtores terão uma opção a mais para destinar suas produções.

Os 17% correspondentes as agroindústrias, são responsáveis pelas construções de diferentes empreendimentos, como por exemplo, a construção de uma agroindústria para a extração do óleo do coco babaçu, sendo que essa atividade pode gerar renda para muitas famílias no estado. Segundo dados da CONAB (2015) aproximadamente 400.000 mulheres vivem diretamente ligadas a essa atividade, sendo representadas pelo Movimento das Mulheres Quebradeiras de Coco – MIQCB. O principal produto comercial extraído do Babaçu é o óleo (extraído da castanha), que representa 7% do peso total do fruto, e pode ter como finalidade a produção de óleo comestível e óleo láurico, usado na produção de cosméticos e produtos de higiene e limpeza. A chegada desses empreendimentos no estado acaba por beneficiar muitas famílias, pois na maioria das vezes vendem a amêndoa in natura, sendo que poderiam beneficia-la e vender o óleo a um valor bem mais alto, aumentando assim a renda das famílias.

Os centros de comercialização são representados pela categoria de comercialização com 17% dos projetos aprovados, sendo que este recurso destina-

se a construção de centros de comercialização para os agricultores familiares, que além de terem suas produções beneficiadas pelas diversas fábricas oriundas dos projetos, ainda terão um local destino a venda dos mesmos.

O setor de hortifruticultura com 5% das categorias é destinado a construção agroindústrias de processamento de produtos hortícolas e aquisição de equipamentos. O Ceará destaca-se por ser um grande produtor de diversas frutas, e a maioria dos agricultores cultivam também hortaliças em suas propriedades, deste modo, a construção desses empreendimentos poderá ajudar muitas famílias no que se refere ao beneficiamento e armazenamento de seus produtos.

A categoria de abatedouros com 2% dos projetos aprovados são destinados a construção de abatedouros de aves e galinhas caipiras. A maior parte dos agricultores criam galinhas caipiras nos quintas de suas casas para o consumo de suas famílias e para a comercialização. Entretanto, muitas vezes enfrentam dificuldades para a comercialização de seus produtos por não possuírem condições estruturais e sanitárias para a realização do abate desses animais, impossibilitando a obtenção de registro e certificação de seus produtos. A implantação de abatedouros poderá atender a demanda dos produtores e facilitar o processo de registro e comercialização dos seus produtos, possibilitando a ampliação de mercados e uma maior agregação de valor ao produto.

Foram aprovados 12% dos projetos para a categoria de criação de pequenos animais. Categoria voltada para a criação de galinhas caipiras e avicultura, com recursos destinados a construção de abatedouros. A maioria dos agricultores familiares criam galinhas caipiras em seus quintais e acabam por não conseguir mercado para a sua produção, pela falta de estrutura para o abate e beneficiamento da matéria-prima. A chegada destes projetos na região poderá possibilitar um maior interesse dos agricultores para a criação de pequenos animais, vendo que existe um lugar para destinar seus produtos para o beneficiamento e assim facilitar a venda dos mesmos.

A categoria de leite com 8% destina-se a construção de fábricas de produção de derivados do leite e construção de frigoríficos. A produção de leite no estado do Ceará apresenta importância socioeconômica. De acordo com os dados do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006, existem 83 mil estabelecimentos rurais produtores de leite no Estado, o que significa que a atividade leiteira está presente em 21,7% das 383 mil propriedades existentes CEARÁ (2009). Deste modo nota-se

que as políticas públicas estão investindo recursos nas áreas que poderão favorecer os produtores.

A categoria de ovinocaprinocultura correspondendo a 3% dos projetos, sendo que a mesma é destinada a construção de salas de abates. De acordo com CEARÁ (2011a) no ano 2009, o rebanho de caprinos e ovinos no Ceará era da ordem de 1.015.927 e 2.071.098 cabeças, respectivamente, segundo dados do IBGE. Os rebanhos de caprinos e ovinos estão distribuídos por todas as regiões do Ceará. Decorrente disto nota-se que o estado possui rebanho que pode ser destinado a esses estabelecimentos.

A Piscicultura corresponde a 1% dos projetos aprovados, voltados para a construção de cozinhas industriais para o preparo de pescado e seus derivados. De acordo com dados ADECE, 2011 A piscicultura no estado é um setor desenvolvido, estando presente em 50 municípios, com cerca de 500 produtores, gerando mais de 700 postos de trabalho (CEARÁ, 2011b). Deste modo esse setor possui uma grande importância para o Ceará, sendo de fundamental importância investimentos de políticas públicas neste setor.

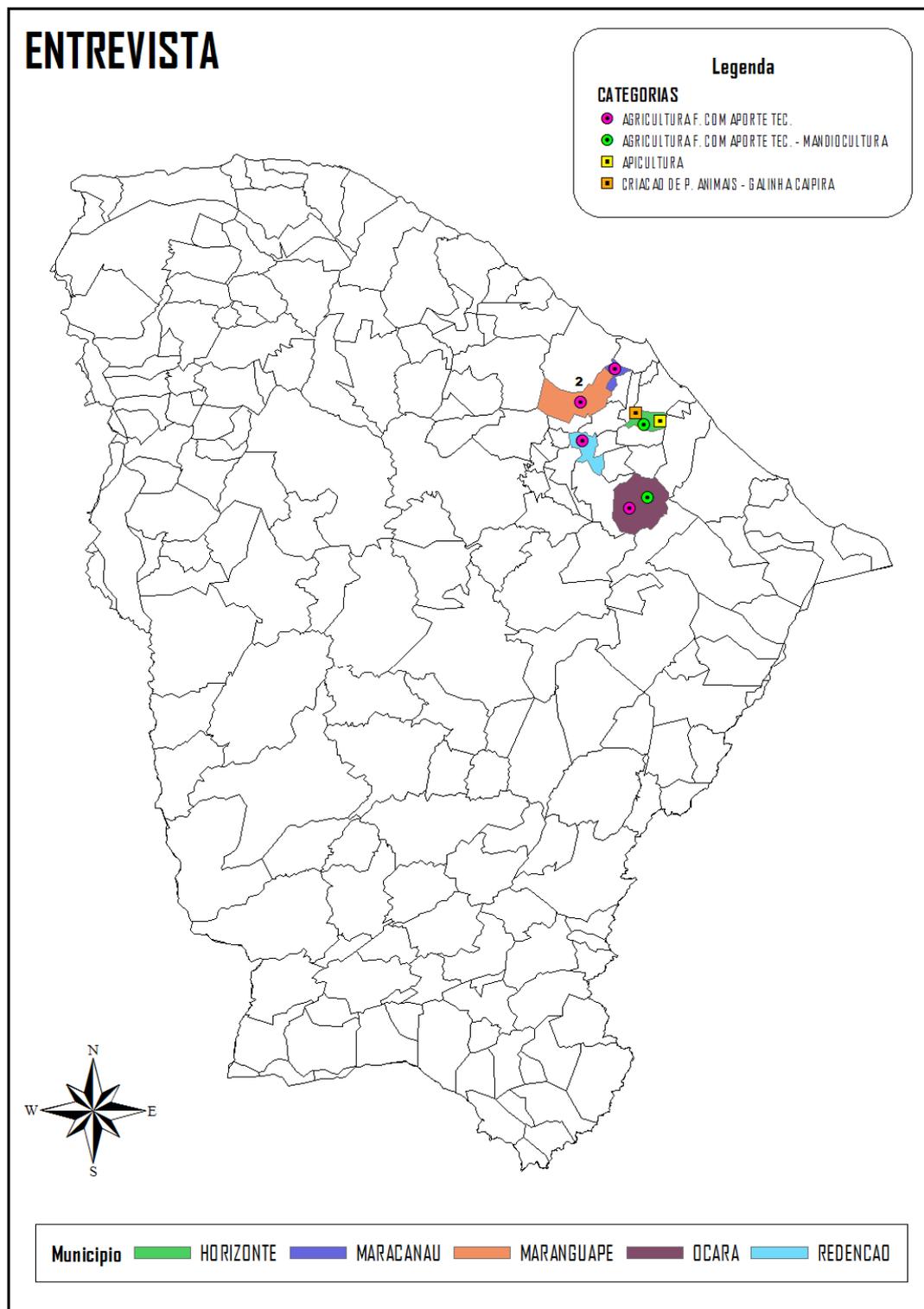
Tanto os projetos contemplados no 1º e 2º edital, quanto os da chamada pública, vem para o benefício do homem do campo, buscando trazer melhores condições de trabalho e abrindo novas oportunidades para que os mesmos consigam um melhor desenvolvimento de suas atividades. Com o surgimento desses novos estabelecimentos haverá necessidade de pessoas atuando nas mesmas, de modo que abrirá novos postos de trabalho, buscando aumentar a rendas das famílias inseridas em diversos setores que o projeto possa vir a contemplar.

Segundo Silveira & Leite (1991) a relação mútua entre a agricultura e a indústria foi um dos fatores notáveis do processo de crescimento da economia dos países considerados desenvolvidos, sendo historicamente comprovado que o crescimento desses dois setores da economia está estreitamente entrelaçado e um depende intimamente do outro para crescer.

A figura 11 apresenta o mapa com os municípios que foram escolhidos para a realização da etapa de entrevistas. Foram selecionados três empreendimentos para cada um dos processos (1º edital, 2ºedital e a chamada pública). Os municípios que fizeram parte das entrevistas foram Maracanaú, Maranguape, Horizonte, Ocara e Redenção. As categorias de empreendimentos contempladas foram agricultura

familiar com aporte tecnológico, AFAT- Mandioca, Criação de pequenos animais- Galinha caipira e apicultura.

Figura 11 - Mapa dos municípios e categorias que foram selecionados para a realização das entrevistas.



Fonte: Elaborado pela autora.

Os principais temas abordados nas entrevistas são apresentados na Tabela 4. A etapa de entrevistas possibilitou uma melhor visualização da realidade atual dos empreendimentos, se eles estavam ativos, inativos, em reforma ou em fase de implantação.

Tabela 4 - Temas abordados nas entrevistas com os representantes das associações e cooperativas contempladas pelo Projeto São José III.

Temas abordados
A situação atual dos estabelecimentos
Processamento de produtos agropecuários
Principais culturas e produtos
Assistência técnica
Certificação e/ou registro
Mercado
Escolha de categorias
Dificuldades na laboração do projeto
Problemas ou atraso no repasse de recursos

A maior parte dos estabelecimentos visitados, cerca de 67%, estavam em fase de implantação (Figura 12), aguardando recursos para construção e compra de maquinários. Cerca de 22% dos estabelecimentos estavam ativos, ou seja em funcionamento, e aguardando reforma e/ou compra de novos maquinários (Figura 13), apenas 11% dos empreendimentos visitados estavam inativos, aguardando reforma (Figura 14)

Figura 12. Estabelecimentos em fase de implantação, (A) casa de farinha e (B) entreposto de mel.



Fonte: Própria autora

Nota-se que a maior parte dos recursos foram destinados a implantação de novos projetos, onde os mesmo poderão trazer muitos benefícios e gerar novos postos de trabalho. Os estabelecimentos que estavam ativos e aguardando reformas funcionavam, porém, com a necessidade de algumas mudanças na estrutura física e compra de alguns maquinários. As que estavam inativas não possuíam condições de funcionamento, sendo necessário uma reforma para que pudessem funcionar novamente.

Figura 13. Estabelecimentos ativos aguardando reforma e compra de novos maquinários, fábrica de beneficiamento de castanha.



Fonte: Própria autora

Figura 14. Estabelecimentos Inativos aguardando reforma, fábrica de Polpa de frutas.



Fonte: Própria autora

Nos estabelecimentos visitados a principal atividade é o processamento de produtos agropecuários, sendo que todos os estabelecimentos estavam voltados para essa linha. Nas últimas décadas foi notória a mudança da forma com que a população utiliza os alimentos, passando da forma in natura para alimentos processados ou minimamente processados. Segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) em 2014, 85% dos alimentos consumidos no país passaram por algum tipo de processamento industrial (BOGSAN, 2016).

Foram observadas uma grande diversidade de cultivos e produtos dentre as associações e cooperativas que participaram das entrevistas. Os produtos mais

citados foram: frutas em geral, hortaliças, polpa de frutas, castanha de caju, cajuína, doces variados, galinha caipira, ovos, feijão, milho, mandioca e subprodutos (farinha, goma, fécula), leite e subprodutos (queijo, manteiga, iogurte) e mel. Comprovando então a grande importância que a agricultura familiar exerce na produção dos diferentes tipos de alimentos que chegam à mesa dos consumidores. Segundo o BRASIL (2015), o pequeno agricultor ocupa papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro, sendo responsável pela produção de mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%), grupos de alimentos com forte presença da agricultura familiar. Ressaltando desta forma a importância que esses agricultores tem para o país.

Outro tema bastante comentado nas entrevistas foi a questão da assistência técnica, no qual todos os empreendimentos visitados, afirmaram contar com algum tipo de acessória técnica. Os órgãos mais citados foram a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará- EMATERCE e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Entretanto, muitos dos entrevistados relataram que a assistência técnica existente nos municípios não é suficiente para atender as demandas dos agricultores, não existindo acompanhamento direto com os mesmos.

Segundo um dos entrevistados: *“A assistência técnica existente no município deixa muito a desejar, por ser apenas um técnico para um município inteiro”*. Outro complementa dizendo que: *“Na teoria a assistência técnica existe, porém na prática ela não funciona”*.

Sabe-se que a assistência técnica para os agricultores familiares no estado, ainda é um campo um pouco desassistido, faltando mais incentivo e apoio por parte do governo na realização de novos concursos, capacitação dos técnicos existentes para o trabalho voltado para a agricultura familiar, aquisição de equipamentos e materiais de trabalho, de forma a fomentar as ações destes profissionais.

A função dos técnicos de Assistência Técnica e extensão Rural- Ater é orientar os agricultores familiares no desenvolvimento de sistemas de produção para que os mesmos sejam sustentáveis e gerem renda suficiente para conferir competitividade aos negócios que sustentam as propriedades rurais e permitir às famílias rurais vida digna e com qualidade.

A acessória técnica é de fundamental importância para os agricultores familiares, com a ajuda dos técnicos os agricultores poderão ter uma maior

oportunidade de aumentar suas produções e conseqüentemente sua renda, pois os mesmo poderão orienta-los em todas as etapas de produção deste o preparo do solo até a etapa de comercialização.

Com relação a certificação e registro de produtos, a maioria (86%) dos estabelecimentos que foram entrevistados, diz possuir algum tipo de certificação ou registro. Onde os mais citados foram o registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, certificado de orgânico e o registro do Serviço de Inspeção Federal-SIF.

Cabe ao MAPA o registro dos estabelecimentos e regulamentação de produtos de origem animal, bebidas e vegetais in natura. Um dos estabelecimentos participante da entrevista possui, 12 frutas registradas no MAPA. Segundo um dos entrevistados: *“Possuímos vantagem em relação a venda dos produtos, pois possuímos registro e outros estabelecimentos concorrentes não possuem”*. Deste modo podemos perceber a importância que esses tipos de registro traz aos estabelecimentos.

A adoção de registro ou certificação tem ganhado destaque no cenário rural, sendo que a certificação pode ser vista como uma alternativa para agregar valor à produção agrícola e possibilitar maior inserção e diferenciação do produto no mercado (LEONELLI, 2007).

A certificação orgânica é um procedimento pelo qual uma certificadora credenciada pelo MAPA, emite uma credencial ao estabelecimento, feita pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), assegurando que o estabelecimento ou produto segue as normas ou práticas de produção orgânica. Esse processo apresenta-se sobre a forma de selo nas embalagens dos produtos. Sendo muito útil esse tipo de selo, pois atualmente a população tem se preocupado muito com relação aos alimentos que consomem e há uma grande procura por alimentos orgânicos, no qual os estabelecimentos que possuem essa certificação tem uma maior vantagem nos mercados e chamam mais atenção dos consumidores por saber que possui fiscalização dos produtos.

Os estabelecimentos que realizam o processamento de alimentos tanto de origem vegetal, quanto de animal que possuem o SIF, podem comercializar seus produtos em todo o território nacional. Sendo que esse tipo de licenciamento traz muitos benefícios aos produtores, possibilitando a ampliação de mercados. Um dos entrevistados, que contará com o SIF em seus produtos após a implantação do

projeto disse: *“a chegada desse projeto irá nos ajudar muito, pois vendemos nossos produtos para instituições que coloca-os para outros países a um preço bem maior em relação ao valor que eles nos pagam. Com esse projeto iremos conseguir o SIF, deste modo poderemos nós mesmos vender para os outros países e aumentar nossa renda”*.

Com tudo que foi falado, nota-se a importância dos estabelecimentos possuírem registro no MAPA, ou em outros órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. No qual esses órgãos serão capazes de emitir licenciamento ou registro que trarão benefícios e facilitarão a comercialização dos produtos.

Os produtos gerados pelos agricultores e pelos estabelecimentos visam principalmente dois tipos de mercado, o institucional e o convencional. Sendo que o mercado convencional é o mais utilizado pelos agricultores ficando com 54% da produção. O mercado convencional nada mais é que, as feiras e vendas diretas a estabelecimentos comerciais atacadistas e outros. Sendo que podem comercializar muitos tipo de produto, sem a garantia de venda dos mesmos.

Os mercados institucionais ficam com 46% dos produtos, os programas mais citados foram o PAA e PNAE. De acordo com Ferreira (2013) o mercado institucional é uma das possibilidades mais acessíveis de comercialização e organização dos agricultores familiares; ao mesmo tempo tem se tornado um desafio, pois vem cobrando das famílias agricultoras formas de organização e gestão cada vez mais rápidas e adequadas. Este desafio precisa ser superado pelas famílias com a contribuição da assessoria técnica.

As instituições compram alguns produtos dos agricultores, e são destinados as escolas, creches, hospitais e redes socioassistenciais, esses programas são de grande importância tanto para quem vende, como para quem vai consumir os produtos, pois para quem produz alimentos, a iniciativa contribui para que a agricultura familiar se organize cada vez mais e qualifique suas ações comerciais. Para quem adquire esses produtos, o resultado desse avanço é a qualidade da alimentação a ser servida, a manutenção e apropriação de hábitos alimentares saudáveis e maior desenvolvimento local de forma sustentável.

Durante as entrevistas muito foi dito sobre os tipos de mercados para os produtos gerados pelos agricultores. Um dos entrevistados disse:

“É bem mais fácil vender os produtos para o mercado institucional, do que para o convencional, pois é necessário alguns detalhes para que consiga mercado no convencional com por exemplo; embalagens, marca dos produtos, rótulo com informação nutricional. Outro ponto é a questão dos impostos sendo que quando vendo meus produtos para as instituições não pago o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços- ICMS, sendo que no mercado convencional temos que pagar”.

Outro complementa dizendo que:

“O mercado institucional é melhor pois temos uma demanda exata do que precisar ser produzido e sabemos que vai ter para onde vender O mercado local ainda não tem uma segurança de comprar dos agricultores por achar que nós não atendemos as demandas, porem isso não acontece, pois nós conseguimos atingir as demandas das instituições”.

É de grande importância os mercados institucionais pois as políticas públicas que instituem os mercados institucionais podem ser abordadas como instrumento do desenvolvimento rural. Isso porque contribui para o reconhecimento da agricultura familiar, o crescimento econômico dos agricultores e do compromisso com a segurança alimentar para uma parcela importante da população. Além disso, ao adquirir o alimento da agricultura familiar e doá-lo às instituições locais, os programas institucionais contribuem para valorização da produção local e para a formação de redes locais de comercialização (ROSA, 2011).

Para a participação tanto dos editais como da chamada pública, era necessário a escolha da categoria. E já que os projetos eram enviados via associações e cooperativas, se faz necessário saber se houve algum tipo de consulta aos associados e cooperados para realização da escolha de qual categoria se adequaria melhor a necessidade dos mesmos. De acordo com os entrevistados a escolha da categoria foi feita de um forma bem democrática com a presença dos associados ou cooperados, buscando escolher a categoria que melhor atendesse as demandas do grupo.

Em relação a elaboração do projeto, buscou-se descobrir se os mesmos tiveram ajuda de algum órgão para a realização do projeto. A maioria dos entrevistados contaram com o apoio de alguns órgãos como a FETRAECE, AGROPOLO, EMATERCE, o próprio projeto São José e técnicos particulares. A maioria dos entrevistados responderam que não tiveram grandes dificuldades na

elaboração dos projetos, afirmando: *“O projeto já estava feito, pois tentamos enviar para outros órgãos, sendo necessário apenas umas modificações para ficarem adequados a proposta do projeto São José”*.

Uma minoria diz que: *“Houve uma grande dificuldade, pois não conseguimos ajuda na elaboração do projeto, optamos por contratar um técnico, que cobrou 700,00 reais para elaboração do projeto. Foi muito bem empregado o dinheiro, pois conseguiram o projeto”*.

Com relação ao repasse dos recursos, a maioria (78%) relatou que não houve problemas no repasse do recurso. Entretanto, foram relatados alguns problemas devido a falhas na elaboração do plano de negócio: *“contamos com a acessória de muitas empresas contratadas pelo projeto São José. O recurso foi liberado em 2016 mas, houve um erro no plano de negócio teve que ser refeito, depois do plano refeito, foi encontrado outro erro e novamente teve que ser modificado, por esse motivo ainda não tivemos como começar a reforma”*. Outro problema no repasse do recurso surgiu quando o entrevistado diz: *“ainda não conseguimos assinar o contrato, pois uma das empresas responsável pelo plano de trabalho não enviou para o projeto São José”*.

Um ponto importante de destaque na entrevista foi se os entrevistados poderiam dar sugestões de melhorias ou até mesmo fazer alguma uma crítica construtiva ao projeto São José. Sendo que a maioria dos entrevistados citaram os mesmo pontos: *“O tempo para a liberação do recurso é muito grande, já estamos com mais de dois anos aguardando a liberação do recurso para começar a construção”*. Outro ponto que foi bem citado foi a acessória técnica: *“o projeto deveria disponibilizar os técnicos para auxiliarem na parte de campo, pelo menos nos primeiros meses da implantação do projeto para orientar nós produtores”*.

Os entrevistados citaram que: *“o projeto concentra-se na parte de estruturação e no beneficiamento dos produtos, sendo que precisa ser trabalhada a parte organizacional destes estabelecimentos, como também a questão da comercialização”*.

Os pontos levantados pelos entrevistados são bastante pertinentes, pois, esses tipos de problemas podem afetar o bom desempenho dos projetos, provocar algum tipo de descrédito, desmotivando a continuarem participando deste tipo de ação. A acessória técnica é um campo que cada vez mais vem sendo desassistido, e merece um maior incentivo por parte do governo, sendo de fundamental

importância auxiliar os produtores em todas as fases de execução, incluindo a gestão financeira e comercialização de produtos, de forma a garantir o sucesso desses empreendimentos.